



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**DÉBORA KELLY DA SILVA FERREIRA**

***“O virulento jornal vespertino”*: o Jornal Pequeno a serviço da modernidade, da  
higiene e da perseguição à população negra no Recife (1898-1931)**

Recife

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

DÉBORA KELLY DA SILVA FERREIRA

**“*O virulento jornal vespertino*”: o Jornal Pequeno a serviço da modernidade, da  
higiene e da perseguição à população negra no Recife (1898-1931)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de História (Licenciatura) da Universidade  
Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de  
Recife, como requisito para a obtenção do título de  
graduação em História.

**Orientador(a):** Bruno Kawai Souto Maior  
de Melo

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Ferreira, Débora Kelly da Silva.

?O virulento jornal vespertino?: o Jornal Pequeno a serviço da modernidade, da higiene e da perseguição à população negra no Recife (1898-1931) / Débora Kelly da Silva Ferreira. - Recife, 2024.

80 p. : il.

Orientador(a): Bruno Kawai Souto Maior de Melo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura, 2024.

Inclui referências.

1. Cultura negra. 2. Racismo. 3. Modernidade. 4. Primeira República. 5. Recife. 6. Jornal Pequeno. I. Melo, Bruno Kawai Souto Maior de. (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

DÉBORA KELLY DA SILVA FERREIRA

**“O virulento jornal vespertino”: o Jornal Pequeno a serviço da modernidade, da higiene e da perseguição à população negra no Recife (1898-1931)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História (Licenciatura) da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Recife, como requisito para a obtenção do título de graduação em História.

Aprovado em: 06/05/2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profº. Dr. Bruno Kawai Souto Maior de Melo (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profº. Dr. José Bento Rosa da Silva (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco (PPGH)

---

Profª. Dnda. Graziella Fernanda Santos Queiroz (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco (PPGH)

Dedico este trabalho à minha mãe, Risolene, a quem devo tudo nesse mundo, aos meus avós Maria José da Silva, José Alexandre da Silva Filho (*in memorian*), José Ascêncio Ferreira (*in memorian*) e a Sebastiana Maria Vieira (*in memorian*), que me dedicaram tanto amor.

## AGRADECIMENTOS

Depois de longos e árduos anos de graduação, só me resta agradecer. E eu não poderia deixar de lembrar da minha querida mãe, que se sacrificou por mim em todos os momentos e a quem eu daria a minha vida incontáveis vezes, pois tudo que fiz e faço foi, é, e sempre vai ser por ela. Esse agradecimento é em razão da oportunidade que lhe foi negada de fazer algo por ela mesma, como o estudo. Agradeço e dedico a ela este trabalho mesmo sabendo que é muito pouco.

Ao meu avô, José Alexandre da Silva Filho (*in memorian*), que me criou, foi o meu pai e que nos seus últimos momentos de vida tirou dos seus suspiros no hospital a força e o encorajamento para me aconselhar a continuar estudando e a sempre melhorar.

Também agradeço ao meu professor e orientador José Bento Rosa da Silva, a quem tenho muita admiração e inspiração pela pessoa que é e pelo que prega no mundo. Agradeço imensamente pela parceria que foi possível e pelos conselhos da vida. Obrigada pelas orientações, do PIBIC à monografia, e por me fazer adentrar no mundo que é o NEAB UFPE.

Agradeço e dedico às minhas tias, Risonete e Riselia, pelo que fizeram e fazem por mim. Aos meus tios Osenildo, Gilvan e José Marcelino (*in memorian*), o mais velho dos tios, que partiu tão cedo e me permitiu chegar até aqui hoje.

À Dona Lucinha, Edivânia e Edilene (*in memorian*), que cuidaram de mim quando criança.

Agradeço com todo amor desse mundo às minhas gatinhas, minhas companheiras: Maria Preta/Mary Black (*in memorian*) e Anira, minhas vidas.

Agradeço imensamente a todos os meus amigos e amigas que durante todos esses anos me apoiaram, me ouviram falar da mesma coisa várias vezes, me incentivaram, me fizeram rir e chorar, só me resta agradecê-los e levar comigo pelo resto da vida depois desse cansado caminho: Felipe, Dayane, Giselly, Manuela, Felipe, Analice, Aquicianne, Leomara, Berno, Anderson, Ronnei e Salatiele.

Agradeço muitíssimo a Mariana Andrade, Renato Lemos, Maxuel e Grazie, tenho admiração e os tenho no coração.

A João Pedro, agradeço pelo apoio, incentivo, companheirismo, por me ajudar nos momentos difíceis e importantes, pelo amor e pelo carinho.

Também dedico este trabalho ao grande professor que tive, André Luiz Maranhão, a quem muito admiro pela sabedoria e por sua pessoa, um amigo inestimável e com as melhores contribuições acadêmicas que alguém poderia receber.

Ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFPE (NEAB/UFPE), ao qual me dediquei e que considero como minha segunda casa. O lugar que me acolheu durante a graduação e me proporcionou vários momentos importantes e inesquecíveis.

Agradeço a Pablo Porfírio, por me orientar durante a Residência Pedagógica no Colégio de Aplicação e a Levi Rodrigues, o melhor secretário que o CFCH já viu, que sempre ajudou com tudo!

A Vando, secretário do acervo histórico-documental da FUNDAJ e que me recebeu com muita atenção e entusiasmo.

A Reginaldo, profissional dedicado no que faz e que também me recebeu muitíssimo bem e me ajudou imensamente no APEJE.

Sem vocês não estaria aqui e muito menos seria quem sou hoje. Agradeço muitíssimo a todos e a todas.

“Eu sou a relíquia de uma experiência que a maioria preferiu não lembrar, como se a pura vontade de esquecer pudesse resolver ou decidir a questão da história. Eu sou a lembrança de doze milhões que cruzaram o Atlântico e de que o passado ainda não acabou. Eu sou a prole dos cativos. Eu sou o vestígio dos mortos. E a história é como o mundo secular cuida dos mortos.” (Hartman, 2021, p. 27).

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as publicações do periódico vespertino, o Jornal Pequeno, um jornal de ampla circulação na cidade do Recife no período de 1898 a 1931. Este jornal circulou durante muitos anos veiculando notícias diárias ligadas às denúncias referentes ao que destoassem da ordem republicana vigente, isto é, a falta de higiene da população, as residências insalubres conhecidas como mocambos, as práticas religiosas de matriz africana comumente chamadas de “catimbó” e tudo que dissesse respeito aos costumes da população negra. Assim, o periódico tomou para si o papel de perseguidor dos bons modos, do progresso, da civilidade e do moderno, possuindo como sua “vítima preferencial” as pessoas negras e a sua cultura, contribuindo para um olhar sobre o Outro com base nos ideários racistas condizentes com uma época em que a mentalidade aspirava as teorias do racismo “científico” circulantes no Brasil. Para tanto, foi utilizado o acervo *online* disponibilizado pela Hemeroteca Digital Brasileira, inserindo palavras-chaves específicas para direcionar e delimitar o trabalho. Dessa forma, com a base teórica associada à análise dos discursos das publicações do Jornal Pequeno, pôde-se entender o *modus operandi*, em nome da modernidade, desse jornal.

**Palavras-chaves:** Cultura negra; Jornal Pequeno; modernidade; Recife.

## **ABSTRACT**

The aim of this study is to analyze the publications of the afternoon newspaper, the *Jornal Pequeno*, a widely circulated newspaper in the city of Recife, from 1898 to 1931. This newspaper circulated for many years with daily news related to complaints regarding anything that deviated from the current republican order, such as the lack of hygiene among the population, the unhealthy residences known as "mocambos", the religious practices of African origin commonly referred to as "catimbó," and anything related to the customs of the black population. Thus, the newspaper takes on the role of persecutor of good manners, progress, civility, and modernity, with its "preferred victims" being black people and their culture, contributing to a perspective on the other based on racist ideologies, consistent with a time when the mindset aspired the theories of "scientific" racism circulating in Brazil. To achieve this, the online collection provided by the Brazilian Digital Newspaper Library was utilized, inserting specific keywords to guide and delimit the work. Therefore, through the theoretical framework used in conjunction with the analysis of the discourse in the publications of the *Jornal Pequeno*, it was possible to understand the *modus operandi*, in the name of modernity, of this newspaper.

Keywords: Black culture; *Jornal Pequeno*; modernity; Recife.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1-</b> Cabeçalho do antigo Pequeno Jornal, de 1898.....	23
<b>Figura 2-</b> Cabeçalho inaugural do Jornal Pequeno, de 1899.....	23
<b>Figura 3-</b> Cabeçalho do Jornal Pequeno iniciando a folha de esportes, de 1925.....	30
<b>Figura 4-</b> Reportagem da seção “Retrato da Vítima”, do Jornal Pequeno, de 1932.....	30
<b>Figura 5-</b> Representações racistas do negro e do indígena nas sessões de “Carnaval” do Jornal Pequeno (1911) - “Clubs novos”, “Engomadeiras do Recife”, “Costureiras”, “Operários em Folia” e “Compadres de Campo Alegre” e “Congresso Carnavalesco”.....	51
<b>Figura 6-</b> Representações racistas do negro na sessão de “Carnaval” do Jornal Pequeno (1911 e 1917) - “O Emboca”, “Ornamentações” e “Ensaio e manobras”, “Angolão”, “Centro Pequeno”, “Pyrilampos”, “Varredores Públicos”, “Carpinteiro” e “Pás”.....	52
<b>Figura 7-</b> Representações racistas do negro na sessão de “Carnaval” do Jornal Pequeno, de 1931.....	53
<b>Figura 8-</b> Representações de pessoas brancas, humanizadas, em sessão de Carnaval do Jornal Pequeno (1911 e 1917).....	53
<b>Figura 9-</b> Campanha de higienização do Recife empreendida pelo Jornal Pequeno, de 1913.....	56
<b>Figura 10-</b> Divulgação da exibição do filme “O preto que tinha a alma branca” pelo Jornal Pequeno, de 1930.....	64
<b>Figura 11-</b> Divulgação da exibição do filme “O preto que tinha a alma branca” pelo Correio Paulistano, de 1939.....	64
<b>Figura 12-</b> Capas das três versões do filme “El negro que tenía el alma blanca”, 1927, 1934 e 1951.....	66

## LISTA DE ABREVIACOES

ABL	Academia Brasileira de Letras
APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
JR	Jornal do Recife
JP	Jornal Pequeno

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I: “REPUBLICANA POR CONSCIÊNCIA E POR CORAÇÃO”: A URGÊNCIA DA MODERNIZAÇÃO NO RECIFE PENSADO PELO JORNAL PEQUENO.....</b>	<b>22</b>
<b>1.1 O modernismo eugênico e higienista da cidade do Recife: uma “imprensa a serviço do progresso” e da exclusão racial?.....</b>	<b>32</b>
<b>CAPÍTULO II: EM NOME DA ESTÉTICA, DA HIGIENE E DOS BONS COSTUMES: A PERSEGUIÇÃO A POPULAÇÃO NEGRA E SUA CULTURA NO RECIFE.....</b>	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO III: “O PRETO QUE TINHA A ALMA BRANCA”.....</b>	<b>64</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>77</b>

## INTRODUÇÃO

“O negro é interdito enquanto ser humano, enquanto sujeito, enquanto sujeito de direito, enquanto sujeito moral, político e cognoscente<sup>1</sup>”. Diante da citação da obra de Sueli Carneiro, podemos compreender o sujeito negro tanto no passado quanto no presente. De forma clara e precisa, Carneiro resume a história de opressão das pessoas negras de como as escolheram ver e de como, trazendo a luz ao tema do pós-abolição, podemos interpretá-las a partir da ascensão da imprensa na Primeira República, pois, enquanto sujeitos minados de diversas interdições foram desvalidados de todas as suas experiências, contribuições e vivências enquanto pessoas.

O objetivo deste presente trabalho<sup>2</sup> foi investigar e analisar o discurso de viés ideológico higienista, da moral e dos bons costumes, da estética, do eugênico, do progresso e da ciência difundido pelo Jornal Pequeno (antes denominado Pequeno Jornal, ainda em 1898, censurado e depois extinto em 1899, um diário vespertino de ampla circulação da cidade do Recife, no período que se compreende de 1898 a 1931). Esse periódico agia conforme pensou a historiadora Maria de Lourdes Eleutério, enquanto uma “imprensa a serviço do progresso” tendo em vista que se preocupava em perseguir tudo o que não obedecesse aos padrões de modernidade, diante de uma conjuntura favorável aspirada pela República.

Por essa razão, dedicou o Jornal Pequeno a assumir um discurso sobre seu tempo que projetava o ideal de uma sociedade progressista, civilizadora e moralista, características essas que segundo pensava a elite não eram associadas ou compatíveis à população negra e pobre. Assim, o vespertino auto desempenhou a função de “perseguidor” de tudo o que viera do negro: sua cultura, suas habitações insalubres, seu trabalho, ou seja, o negro propriamente dito. Dessa forma, a lógica empreendida para a manutenção da ordem, da modernidade, do progresso e da higienização, além dos discursos eugenistas baseados no contexto das teses raciais proferidos pelo Jornal Pequeno voltados à população negra no Recife se constituem como objetos centrais deste respectivo trabalho.

Não se poderia adentrar nas potencialidades das quais se valeram e se valem hoje os estudos acerca da imprensa, enquanto uma fonte para a constituição do conhecimento histórico tida como relativamente nova, ao considerarmos que na década de 1970 ainda eram

---

<sup>1</sup> CARNEIRO, Sueli. Interdições. *In: Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. p. 121.

<sup>2</sup> Este trabalho foi iniciado no ano de 2022 a 2023, resultado do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPQ), com o tema: “Em nome da higiene e da modernidade: a cultura negra no pós-abolição, a “vítima preferencial” do Jornal Pequeno (Recife: 1889-1930)”, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

escassos os trabalhos que estudavam os periódicos ou produziam-se conhecimentos a partir deles. Hoje, devido a crítica feita pela Escola dos Annales na década de 1930, viu-se nos periódicos, jornais e revistas possibilidades outras do que as tradicionais fontes, aquelas associadas ao ideal de busca pela verdade e que obedeciam a uma hierarquia qualitativa de documentos em que o historiador deveria estar atento e procurar sempre buscá-las<sup>3</sup>.

Nesse viés, entende-se que, embora os jornais forneçam nas suas edições imagens, notícias, parcialidades e subjetividades, razões essas pelas quais muitos evitaram os periódicos devido a falta de fidedignidade ao acontecido e por suas “inconstâncias”, é que podem os historiadores e outros estudiosos pensarem novos objetos, outras abordagens, problemáticas e, sobretudo, outros olhares, conforme argumenta a historiadora Tania de Luca<sup>4</sup>, sendo essa uma forma de ressignificar a própria concepção e usos do jornal cercando-os de críticas.

Nessa perspectiva, a proposta deste trabalho foi essencialmente esta, pois se tratando do Jornal Pequeno compreende-se os vários aspectos que precisaram e que ainda precisarão ser estudados, como também os que não foram possíveis de serem abordados aqui por vários fatores. No entanto, trata-se de um trabalho inicial sobre este periódico referente a perspectiva racial dentro dos limites propostos aqui, constituído visando a importância desse estudo e a contribuição à história do Recife. Reforça-se a essa contribuição o que diz respeito aos discursos eugênicos que mobilizaram setores da sociedade de uma elite intelectual que “perseguiu” tudo o que não condizia com os ideais do moderno no final do XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Incontestavelmente, essa “perseguição”, assim como a construção de um olhar sobre o outro, a marginalização e como foram pensadas as várias formas de anulação da pessoa negra não são recentes. Vê-se nisso um fenômeno acerca das estruturas de longa duração, como nas palavras do historiador Fernand Braudel quando argumenta que só se podem ser compreendidas tais estruturas se encaradas ao longo dos séculos, tendo em vista que se constituem enquanto estrutural, e ainda estruturante, pois “[...] certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: embaraçam a história, incomodam-na, e assim comandam seu fluxo<sup>5</sup>”.

---

<sup>3</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 112.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 112.

<sup>5</sup> BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais: a longa duração**. Revista de História, [S. l.], v. 30, n. 62, 1965. p. 268.

Apesar de ser um trabalho inicial no que diz respeito ao período proposto e por uma especificidade, alguns pesquisadores já trataram sobre o Jornal Pequeno. Luiz do Nascimento com sua obra norteadora para este trabalho, da “História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)”, vol. II, de 1966, em que retrata dentre os tantos periódicos pernambucanos, o Pequeno Jornal e o Jornal Pequeno, desde 1898 a 1955 destacando seus diretores e proprietários, suas seções, seus colaboradores e suas desavenças com alguns nomes importantes da cidade como alguns governadores do Recife.

Ao longo da pesquisa puderam ser vistas algumas menções sobre o Jornal Pequeno como no livro do historiador Antonio Paulo Rezende, “(Des)encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte”, de 2016, fruto de sua tese, em que menciona o Jornal Pequeno, além de outros periódicos como o “Diário de Pernambuco, A Província, Jornal Pequeno, A Rua [...]”<sup>6</sup>, enquanto um dos “grandes jornais” da década de 1920. A partir desta obra, também foi possível utilizá-la enquanto referência à discussão da modernidade no Recife devido a pertinência da reflexão do autor pensando a cidade ao mesmo tempo em que observou o moderno, o tradicional, o encanto e o desencanto com as invenções modernas.

Para além da modernidade discutida na obra de Rezende, a leitura de “Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi” (2019), de José Murilo de Carvalho, também se constituiu enquanto base para entender as tessituras do início da nova organização de poder e das dinâmicas políticas com a população, ou melhor, a não dinâmica com o “não povo” do Rio de Janeiro, assim como a mistura das vertentes do pensamento europeu na cidade e no país pensadas por aquela jovem República.

Ainda, as pesquisas do historiador José Bento Rosa da Silva e seus artigos do jornal citado intitulado “Por ‘desinteligências’ e ‘questiúnculas’: representações do cotidiano e do trabalho nas docas do Recife (1891-1920)” (2021), também contribuiu para a discussão e entendimento do Jornal Pequeno. O autor analisa os casos dos trabalhadores da estiva no Recife como eram retratados pelo vespertino e nos demais jornais de maior tiragem, de 1891 a 1920, assim como as notícias do cotidiano árduo desses trabalhadores e como foram representados.

Produzido pelo mesmo autor, “Negregado território: travessa do Zumbi na primeira década do século XX (Recife)” (2019), remonta o caso noticiado pelo Jornal Pequeno no território do Zumbi, uma localidade bastante mencionada nas páginas policiais dos jornais e que chamou a atenção do autor pelo termo empregado: “Negregado Zumbi”. Trata-se de um

---

<sup>6</sup> REZENDE, Antônio Paulo. **(Des) encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX**. 2. ed. Recife: FUNDARPE, 2016. p. 86.

caso de grande repercussão no jornal pelo assassinato de José Coqueiro e ser referência essencial para entender como agia o periódico. No entanto, apesar de servir como orientação também para este trabalho, o artigo não foi trazido na discussão acerca das perseguições do jornal.

O periódico também aparece na tese de Clarissa Nunes Maia intitulada “Policidados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife (1865-1915)”, mencionando as notícias sobre o uso da imprensa associado à prática dos *meetings*. A atuação do Jornal Pequeno era nas manifestações públicas contra atos do governo e por esse motivo foram fixados na porta da sua redação telegramas informando sobre uma revolta no Rio, com o jornal convidando o povo para as passeatas de novembro.

Acerca da análise documental do Jornal Pequeno foi essencial pensar os periódicos enquanto fontes históricas e como podemos utilizá-los para além de um depósito de dados através do artigo “História dos, nos e por meio dos periódicos” e da obra intitulada “História da Imprensa no Brasil”, ambas de Tania Regina de Luca, sendo a última em conjunto com Ana Luiza Martins. As demais e primordiais bibliografias utilizadas sobre os outros assuntos, como as questões raciais, podem ser vistas nas referências desta pesquisa.

Com grandes contribuições a este trabalho, a dissertação de Anderson Justino foi referência acerca das perseguições do periódico às religiosidades das pessoas negras intitulada “Práticas do Catimbó: o advento da República e o controle das manifestações culturais africanas e afro-brasileiras no pós-abolição, Recife (1889-1929)” (2021). O autor analisou algumas situações em que o “[...] Jornal Pequeno também se dedicou a tratar dessas decorrências provocadas pelo catimbó [...]”<sup>7</sup> e de como o jornal legitimou as perseguições e prisões às tais práticas de culto denunciando-as sempre que possível.

Este trabalho visa contribuir, assim como fizeram os estudiosos destacados acima, com a história por meio dos periódicos, da modernização da cidade do Recife e, principalmente, com mais uma conjuntura da história pouco contada da população negra nos jornais. Com isso em vista, ao se buscar entender que o Jornal Pequeno se tratou de um periódico vespertino que teve seu início apenas dez anos após a proclamação da República, e encerrando suas atividades depois de 65 anos (1899-1964), percebe-se que ao longo desses anos, dada a conjuntura favorável para o surgimento dos periódicos, o jornal se otimizava cada vez mais transmitindo seus ideais em suas edições diárias. Assim, condensavam em suas

---

<sup>7</sup> JUSTINO, Anderson Antonio de Santana. **Práticas do Catimbó: o advento da República e o controle das manifestações culturais africanas e afro-brasileiras no pós-abolição, Recife (1889-1929)**. 2021. p. 73.

páginas as opiniões de determinado segmento da sociedade elitista da época com valores e discursos alusivos ao progresso, higiene e a modernidade.

Diante disso, o processo de investigação deste jornal, a única fonte primária desta pesquisa, relacionada à ampla bibliografia para contribuição da análise, foi viabilizada pelo acervo *online* disponibilizado pela Hemeroteca Digital Brasileira. Destaca-se que muitas das edições do jornal estavam ilegíveis, outras com partes mutiladas devido às ações do tempo sobre a materialização. Além disso, o acervo *online* não dispunha das edições de dois anos em específico: o de 1906 e 1908. Sendo assim, a pesquisa contou com um processo de investigação em acervos documentais como o Laboratório Liber, localizado no Centro de Artes e Comunicação da UFPE (CAC/UFPE), no qual ambas as edições estavam em situação de restauração e não se pôde contar com elas.

Buscou-se as edições dos anos faltantes no acervo da Villa Digital da Fundação Joaquim Nabuco, o qual não dispunha das edições, mas que apesar disso, o acervo disponível fez perceber que ao longo de sua atividade e com a mudança de direção o Jornal Pequeno reconstituiu-se em uma “nova versão” dele mesmo (pelo menos o nome do jornal permanecia o mesmo), que caberá a sua análise em outros trabalhos. A visita ainda nos forneceu uma nova experiência em material de pesquisa, tendo em vista que a investigação foi feita a partir de microfílmes numa leitora “400 CR” ainda da década de 1970.

A Hemeroteca do APEJE dispunha das edições de 1906 e 1908. Porém, alguns meses das respectivas edições estavam extremamente impróprias para a pesquisa devido ao material que se desfazia assim que manuseados. Logo, a investigação desses anos é considerada insuficiente, tendo em vista que logo após o nosso manuseio as edições foram suspensas para as próximas pesquisas.

Na sequência, na Hemeroteca Digital foram pesquisadas palavras-chaves em aspas, como “negros”, com 2.143 ocorrências no geral. As respectivas palavras-chaves e ocorrências foram: “catimbó”, com 246 ocorrências e “mocambos”, com 879 ocorrências. Foram considerados esses os parâmetros para direcionar e delimitar a pesquisa conforme os objetivos propostos e inerentes quanto ao significado da cultura negra no pós-abolição registrados do jornal justamente por serem as vítimas preferenciais do Jornal Pequeno.

Para tanto, utilizou-se a planilha *online* construída durante a pesquisa do PIBIC contendo os registros das publicações do jornal distribuídas em: “palavra-chave usada”,

“jornal<sup>8</sup>”, “data”, “ano de publicação”, “edição”, “ocorrência”, “página”, “número”, “coluna”, “fato”, “sobre” e “link da Hemeroteca” para uma melhor organização e identificação do jornal durante os anos. A partir das divisões “coluna” e “fato”, notou-se que a nomeação de algumas colunas do jornal como “Varias” e “Mosaico” foram se ausentando, mas com o passar dos anos voltaram a aparecer, assim como os títulos dos artigos.

Com isso, pontua-se que nos primeiros anos do jornal as colunas “Varias” e “Mosaico” eram as que mais traziam assuntos acerca do negro/pardo, as ações da polícia que os acometiam, bem como as comemorações do 13 de maio. Essas sessões traziam em evidência, na maioria das vezes, a cor do indivíduo, um breve e simples relato do ocorrido e alguns estereótipos racistas. Com o tempo, as notícias dos negros e pardos foram postas de um modo solto, jogado, localizadas na segunda e/ou terceira página em meio às notícias de aniversários, eventos, consultas etc., dificultando ainda mais a procura dos casos que mencionavam à população negra.

Em relação às ocorrências das palavras-chaves, foram encontradas incontáveis menções a palavra “negro”. No entanto, essa menção foi utilizada para caracterizar a cor dos cabelos, dos olhos, das vestes, ou quando se referiam sobre algo estar ruim, como por exemplo: “[...] o mundo nunca atravessou dias tão negros [...]”<sup>9</sup>. Por esse motivo, diante dessa especificidade que muito se repetiu nas edições e se constituiu como a maioria dos casos que compunha a palavra-chave “negro”, com 2.143 ocorrências, tal caso não será mais posto em discussão em outros capítulos para além desta introdução.

Além disso, decidiu-se por manter as transcrições originais do Jornal Pequeno neste trabalho tendo em vista que em algumas situações puderam ser compreendidas as intenções do periódico em revelar ao leitor que se tratava de um jornal que seguia a modernidade e tinha como inspiração a cidade de Paris, na França. Por isso, optar em permanecer com a grafia da época, sem traduzi-la, diz respeito em não trazer somente as palavras estrangeiras utilizadas no periódico ou como se mostrou os termos direcionados aos negros em ofensas e discriminações, mas, sobretudo, como se escolhia a maneira “mais civilizada” para fazê-lo.

Com isso, para entender sobre o que se publicava no periódico foi preciso observar todas as páginas de cada edição diária em que se teve registrada cada palavra-chave. Essa medida pôde proporcionar um olhar estendido acerca das colunas, dos escritos, dos colaboradores/redatores e, sobretudo, do lugar, ou melhor, do não-lugar que puseram os

---

<sup>8</sup> A seção denominada “Jornal” foi colocada no intuito de diferenciar as fases do jornal, tendo em vista que de 1898 a 1899 o periódico denominou-se “Pequeno Jornal” e após isso, já em 1899, se estabelece o “Jornal Pequeno” mantendo o mesmo corpo redacional, mas não com o mesmo proprietário.

<sup>9</sup> **Jornal Pequeno**. Recife, n. 42, 22 fev. 1921. p. 2.

negros. O não-lugar era aquele em que se mencionavam as pessoas negras e as suas experiências retratadas em artigos, que informavam das suas mortes, seus roubos, daqueles que possuíam “problemas mentais”, dos que estiveram metidos em “feitiços” ou “bruxarias”, em brigas e outros casos.

É notório que outras questões foram se fazendo cada vez mais presentes no periódico e que são de suma importância de se tomar nota: nos artigos em que eram direcionados às mulheres ou em que se omitiam opiniões a seu respeito, na maioria das vezes estavam sendo passíveis de olhares de correção, do que deveriam vestir e do que precisavam fazer. Por outro lado, as notícias no periódico acerca do progresso que foi feito ou o que urgentemente deveria ser melhorado no Recife como a higiene nas ruas e das pessoas, a constante convocação da polícia para a resolução de casos, a frequente divulgação do registro dos nomes e nas movimentações da Casa de Detenção do Recife e da repressão à vadiagem, eram assuntos tratados com extrema premência no *Jornal Pequeno* demonstrando toda a sua demanda em nome do progresso.

Este trabalho percorre o caminho de análise e discussão acerca do *Jornal Pequeno* em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado de “‘Republicana por consciência e por coração’: a urgência da modernização no Recife pensado pelo *Jornal Pequeno*”, se dedica a apresentar o *Pequeno Jornal* e o *Jornal Pequeno*, suas organizações, sessões e colaboradores, assim como o diretor e proprietário Thomé Gibson, que se destacou no diário durante o período proposto neste trabalho. Ainda neste primeiro capítulo, buscou-se discutir as tessituras e implicações da modernização no Recife e como o *Jornal Pequeno* se mostrou a serviço do progresso, da moral e dos bons costumes através do que publicava, principalmente no que tange a perseguição aos negros e sua cultura.

O segundo capítulo, “Em nome da estética, da higiene e dos bons costumes: a perseguição a população negra e sua cultura no Recife”, evidencia o caráter das publicações do jornal em relação às perseguições à população negra e sua cultura, ou seja, a sua cor, sua religião, suas moradias insalubres e em como o periódico construiu um não-lugar em suas publicações para o povo “de cor”, sobretudo, as que lhes renderam caricaturas estereotipadas aos moldes do *blackface* dos Estados Unidos.

No último capítulo, abordou-se o caso do filme “O preto que tinha a alma branca”, título de mesmo nome do capítulo, no qual se analisou o filme de origem espanhola, de 1927 e as suas demais versões (*remakes*), estrelado pelo ator principal performando em *blackface*. O filme foi bastante divulgado pelo *Jornal Pequeno*, assim como também foi nos jornais

Correio da Manhã e Correio Paulistano, empreendendo a sua ampla campanha de perseguição aos negros e seus ideais de eugenia.

## CAPÍTULO I: “REPUBLICANA POR CONSCIÊNCIA E POR CORAÇÃO”: A URGÊNCIA DA MODERNIZAÇÃO NO RECIFE PENSADO PELO JORNAL PEQUENO

Neste primeiro capítulo, será apresentado uma análise sobre o surgimento do Jornal Pequeno, incluindo seus diretores, redatores colaboradores, as seções criadas para as publicações e o seu interesse em alimentar a esperança no progresso da ciência e da civilização do Brasil com destaque para a cidade do Recife.

Para a análise do jornal, é preciso considerar o contexto efervescente de uma época que aspirava sempre a busca pelo novo, vislumbrando o futuro enquanto renegava e censurava o passado condenável da escravidão. A Lei Áurea de 1888, que decretou a liberdade aos escravizados, não concedeu qualquer meio de sobrevivência ou até mesmo de existência aos libertos, configurando-se como uma herança desdoura à população negra e aos seus descendentes. Nesse contexto, anos após a Proclamação da República, o debate sobre o que fazer com a população negra em um cenário de ampla reforma urbana e higienista na cidade do Recife, intensificada na década de 1920, ressalta o lugar de marginalização, invisibilidade e subserviência das pessoas negras. Dessa forma, tanto neste capítulo quanto no próximo se verá como o Jornal Pequeno coadjuvava nesse cenário de exclusão racial.

Antes de se transformar em Jornal Pequeno, o periódico chamava-se Pequeno Jornal. O Pequeno Jornal enquanto um diário vespertino, surgiu em 1º de julho de 1898, com publicações formatadas em torno de quatro páginas de cinco colunas. Seu proprietário era Luís Pereira de Oliveira Faria que também era arrendatário e gerente do conhecido Jornal do Recife. À frente da direção do Pequeno Jornal estavam Hersilio de Sousa<sup>10</sup>, Paulo de Arruda e Júlio Falcão<sup>11</sup>. No artigo que marcou seu nascimento no vasto mundo em que se formalizava a imprensa, o periódico apresentou-se como “o livro de cada dia em que o povo se instrui, com que se recreia [...]”, e com o objetivo de transmitir segurança aos seus novos leitores “das mais ínfimas profissões” teriam no Pequeno Jornal “o melhor amigo e o maior defensor de suas vidas, de suas honras [...]”<sup>12</sup>, pois comprometeria-se

[...] com especialidade, visa doutrinar o povo em todos os ensinamentos úteis do espírito moderno; desperta-lhe os nobres estímulos [...] reanimar-lhe as forças para a resistência ao ataque e ao esbulho dos seus direitos [...] servir de intérprete de suas necessidades, de suas queixas e de suas justas indignações perante os dominadores do dia. (sic) (Nascimento, 1966, p. 371).

---

<sup>10</sup> Deixou de ser redator anunciando em uma nota em 11 de fevereiro de 1899. Em sua função, atuou Gaspar de Meneses, conforme elucida Nascimento (1966, p. 372).

<sup>11</sup> NASCIMENTO, Luiz do. Estado de Pernambuco. In: **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Imprensa Universitária. Vol. II (Diários do Recife 1829-1900), 1966. pp. 370-371.

<sup>12</sup> Ibid., p. 371.

Com a mesma cortesia que se dirigia às classes laboriosas, o cumprimento estendia-se aos ilustres colegas de imprensa reforçando que, “sem casaca e luva de pelica”, isto é, despido de qualquer desavença, “saberá manter-se na linha da etiqueta, quer se trate de questões sérias ou de um simples e polido cumprimento, como faz êle agora daqui, desta seção aos seus distintos colegas<sup>13</sup>”(sic). Por ser impresso nas dependências do Jornal do Recife, o Pequeno Jornal ganhou a alcunha de “filho do Jornal do Recife” e, por esta razão, decidiu publicar o artigo “Viver às claras”, afirmando que nada tinha a ver com o Jornal do Recife ou qualquer outro jornal nem em termos de propriedade, economia ou orientação<sup>14</sup>.

O Pequeno Jornal transcorreu o primeiro ano de seu funcionamento gabando-se de ser “o jornal de maior circulação à tarde, no Norte do Brasil”. Como assinala o historiador Luiz do Nascimento, o vespertino comentava acerca dos acontecimentos da política imparcialmente até o momento de sua inquietação com a Coluna Republicana. Nesse artigo, o vespertino afirmou que uma determinada seção do Jornal do Recife estava “destinada a defeza dos interesses do partido dominante, dos actos do governo, dos intuitos da administração [...] convertida num verdadeiro posto de suplício [...]”<sup>15</sup> e que estava “pregando uma teoria errada, perigosa” no que dizia respeito às apólices do Estado substituindo o papel moeda<sup>16</sup>. Por um lado, o governo federal proibiu tal substituição; por outro, a mencionada coluna aconselhava a desobediência, o que levou à censura do Pequeno Jornal<sup>17</sup>.

Decorrido normalmente o ano com as publicações, o vespertino viu-se inesperadamente obrigado a deixar as dependências do Jornal do Recife onde era impresso. Após receber a ordem de despejo, divulgou na seção “Várias<sup>18</sup>” que, por circunstâncias especiais, o proprietário da folha iria suspender a publicação do dia. O jornal A Província, em sua edição, consolidou o motivo da suspensão do periódico escrevendo que

[...] sabemos que foi um ultimatum do sr. Desembargador Sigismundo ao sr. Luís Faria: ou modifica a orientação, isto é, ou deixa de censurar o govêrno no Pequeno Jornal; ou mata-o; ou nunca mais lhe será renovado o arrendamento do Jornal do Recife. (sic) (Nascimento, 1966, p. 374).

Após a censura do Pequeno Jornal, em 1899, surgiu o Jornal Pequeno, também um vespertino que circulou seu primeiro número em 24 de julho do mesmo ano. Com quatro páginas contendo cinco colunas, passou a ser impresso na “Tipografia Miranda, à rua Duque

---

<sup>13</sup> Ibid., p. 371.

<sup>14</sup> Ibid., p. 372.

<sup>15</sup> **Pequeno Jornal**. Recife, n. 14, 8 ago. 1899. p. 1.

<sup>16</sup> NASCIMENTO, Luiz do. Estado de Pernambuco. In: **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Imprensa Universitária. Vol. II (Diários do Recife 1829-1900), 1966. p. 372.

<sup>17</sup> Ibid., p. 373.

<sup>18</sup> A publicação do editorial de despedida dramática do Pequeno Jornal pode ser vista na nota de rodapé do capítulo dedicado ao Pequeno Jornal, de Luiz do Nascimento, de 1966, páginas de 373 a 374.

de Caxias n.º 37<sup>19</sup>” onde também funcionava provisoriamente a redação e administração do jornal.

Da transição do Pequeno Jornal para o Jornal Pequeno, o vespertino reiterou que mantinha o mesmo “corpo redacional, ‘as mesmas convicções e o mesmo porte, mas não obediente ao mesmo proprietário<sup>20</sup>”. Assim, conforme pontuou Nascimento, Luís Faria declarou-se em 1899, através do Jornal do Recife, afirmando que não tinha qualquer relação com o Pequeno Jornal, título este que era de sua exclusiva propriedade.

**Imagem 1** - Cabeçalho do antigo Pequeno Jornal (com logotipo, assinatura, endereço e datação), de 1899



Fonte: Jornal Pequeno

**Imagem 2** - Cabeçalho inaugural do Jornal Pequeno<sup>21</sup>, de 1899 (com logotipo, datação e número)



Fonte: Jornal Pequeno

O jornal Pequeno tratou logo de lançar um artigo inicial rememorando o caso do despejo da oficina no Jornal do Recife enquanto ainda era Pequeno Jornal, obrigado a suspender sua edição do dia 20 de julho. Nele, discursou reafirmando que sua orientação e programa não seriam modificados, permanecendo alheios às causas partidárias e continuariam “defendendo os direitos das classes laboriosas do Estado contra as usurpações do poder<sup>22</sup>”. Ao voltar a sua normalidade, em outros números publicados pelo jornal notam-se críticas

<sup>19</sup> Ibid., p. 374.

<sup>20</sup> Ibid., p. 375.

<sup>21</sup> Após 56 anos do surgimento do Jornal Pequeno, o periódico adotou durante algum tempo o slogan: “o vespertino mais antigo da América Latina”, embora houvesse outros periódicos que dissessem ao contrário, no que diz respeito aos anos de surgimentos desses jornais, segundo Nascimento (1966, p. 374).

<sup>22</sup> NASCIMENTO, Luiz do. Estado de Pernambuco. In: **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Imprensa Universitária. Vol. II (Diários do Recife 1829-1900), 1966. p. 375.

acentuadas ao governador Sigismundo Gonçalves que governou Pernambuco por duas gestões: 1899 a 1900 e de 1904 a 1908.

Diante da ênfase na reafirmação do distanciamento e imparcialidade em relação aos partidos políticos da cidade, percebe-se que o *Jornal Pequeno* não possuiu o status de alheio às causas partidárias que tanto garantiu ter. Em diálogo com o artigo “Diversificação e segmentação dos impressos”, a historiadora Ilka Cohen relata que, em revistas achadas que cumpriram sua função essencial de informar e formar a opinião pública se autodeclararam fundamentalmente apolíticas oferecendo uma variedade de abordagens e temas da época, ainda que se dissessem isentas ou neutras. Assim, conceder opiniões direcionadas ao grande público é, mesmo que nas entrelinhas, atestar suas preferências, visões de mundo, filiações e ideais, pois até não escolher um lado ou preferir publicar isso ao invés daquilo é, sobretudo, assumir um lado.

Ainda de acordo com Cohen, a busca e a garantia da neutralidade nos periódicos e “as conexões entre a revista e qualquer opção política ficavam apagadas justamente pela oferta da multiplicidade”, isto é, o cuidado “em eximir-se de parcialidades ou partidarismo só pode ser compreendido em função do momento político<sup>23</sup>”. Com as publicações do *Jornal Pequeno* não se fizera diferente. Contraditoriamente, e “permanecendo alheio aos interesses partidários”, o *Jornal Pequeno* trouxe fortes críticas e ataques ao governador Sigismundo Gonçalves ao dizer que “na qualidade de morto que é atualmente o sr. Desembargador Sigismundo Gonçalves só consegue é empestear a atmosfera da cidade com a decomposição do seu cadáver<sup>24</sup>”. Os ataques e respostas entre Sigismundo e o *Jornal Pequeno* não deixaram de ser feitos mesmo após o término do seu mandato.

No ano de 1902, depois do *Jornal* passar a ser “propriedade de uma empresa”, começou a partir deste ano, em 15 de fevereiro, a possuir um único proprietário, Thomé Gibson<sup>25</sup>. Thomé Joaquim de Barros Gibson, nascido em 3 de junho de 1872, foi um dos principais diretores e proprietários do *Jornal Pequeno* durante grande parte de sua existência. Bacharel em Direito, professor da Faculdade de Engenharia, poeta e Senador Estadual (cargo equivalente hoje ao cargo de Deputado Estadual)<sup>26</sup>, dedicou grande parte da sua vida ao

---

<sup>23</sup> COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: **História da Imprensa no Brasil**. MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania Regina de. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021. p. 128.

<sup>24</sup> NASCIMENTO, Luiz do. *Jornal Pequeno*. In: **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Imprensa Universitária. Vol. II (Diários do Recife 1829-1900), 1966. p. 377.

<sup>25</sup> A partir de 24 de maio de 1901, número 116, abaixo do título “*Jornal Pequeno*” começa a ser registrado a direção do periódico por “Direção de Thomé Gibson e Falcão”. Após a morte de Júlio César Falcão, um dos fundadores do jornal, Gibson passou a assinar unicamente como proprietário e mais tarde, como proprietário e diretor. Ver **Jornal Pequeno**. Recife, n. 37, 15 fev. 1902. p. 1.

<sup>26</sup> GIBSON, Gustavo. **Biografia de Thomé Gibson**. [s.n]: [s.l], 2020. p. 1.

jornalismo. Ainda teve intensa atividade social, intelectual e, sobretudo, política, conquistando muitos desafetos e inimizades devido às suas opiniões ao longo de sua carreira.

Gibson iniciou sua carreira na área jornalística muito cedo quando em 4 de janeiro de 1894, o Jornal do Recife informou que os senhores Thomé Gibson, Alcedo Marrocos e Carisio de Barros estavam à frente da sua direção. A partir disso, a vida de Thomé Gibson se tornou mais agitada, como quando foi convidado a comparecer, neste mesmo ano, à Chefatura de Polícia devido ao artigo publicado denominado “Carnaval”, no qual se afirmava que a polícia praticava espancamentos em suas dependências oficiais<sup>27</sup>. Prontamente, Gibson recusou-se a expor o autor do artigo, reiterando que todos os redatores eram solidários com todas as matérias ali publicadas. Devido a isso, em 1987, foi publicado um artigo no Jornal do Recife informando que no Teatro de Santa Isabel havia ocorrido um “grave desacato por parte da polícia, ao nosso collega Dr. Thomé Gibson<sup>28</sup>”.

Não somente envolvido neste caso com a polícia, Thomé Gibson também adentrou em embates com o então proprietário do JR ao deixar o jornal para se dedicar a outros afazeres. Ao fazer isso, o editorial referiu-se à sua saída como a um “profundo golpe”, o que lhes rendeu ataques pessoais - juntamente aos ex-redatores Marrocos e Hersilio, possuindo como prova o editorial do JR intitulado “Prova irrecusável da falsidade dos drs. Marrocos, Hersilio e Thomé<sup>29</sup>”. Houve, após isso, uma troca de ofensas e agressões através dos jornais<sup>30</sup> entre Gibson e o Sigismundo Gonçalves devido à notícia dada pelo jornal A Província, sobre a saída de Herculano de Souza da redação do Jornal Pequeno e a entrada de Thomé Gibson e Domingos Magarinos<sup>31</sup>.

No entanto, as desavenças de Gibson continuam, dessa vez em 26 de setembro de 1900, com os donos dos jogos de azar. O jornal A Província noticiou o caso, revelando que “na porta do estabelecimento commercial dos respeitáveis srs. Machado & Pereira, [...], o nosso ilustre e prezado collega do Jornal Pequeno dr. Thomé Gibson foi agredido [...]”<sup>32</sup> por Liberato de Mattos que tentou feri-lo com um punhal. A publicação em questão mencionava

---

<sup>27</sup> GIBSON, Gustavo. **Biografia de Thomé Gibson**. [s.n]: [s.l], 2020. p. 5.

<sup>28</sup> Ibid., p. 5.

<sup>29</sup> Ibid., p. 6.

<sup>30</sup> As trocas de ofensas e ataques entre Gibson e Sigismundo Gonçalves se deram através do Jornal do Recife e a Província, que saiu em apoio ao Thomé Gibson e ao Jornal Pequeno, ao mesmo tempo que representava oposição e críticas ao Jornal do Recife (apoiador do Conselheiro Rosa e Silva). Ver mais em GIBSON, Gustavo. **Biografia de Thomé Gibson**. [s.n]: [s.l], 2020. p. 9.

<sup>31</sup> Ibid., p. 6.

<sup>32</sup> Ibid., p. 9.

que a polícia observava atentamente perseguindo os jogadores de vinténs e não enxergava o escândalo nas vizinhanças do seu próprio domicílio, segundo A Província<sup>33</sup>.

Além disso, Gibson enfrentou problemas com a Companhia de Seguros Sul-América por publicar pelo JP matérias da imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo que contrariavam a Companhia, acusando-a de fraudes em sorteios de apólices; após ser julgado, em 1909, por um crime de imprensa pelo Tribunal do Júri, Thomé foi absolvido<sup>34</sup>.

Somado a isso, mais dois casos se deram envolvendo tanto Thomé Gibson quanto o Jornal Pequeno. Em 1902, o jornal A Província relatou a desavença de Gibson com o Dr. Octavio de Freitas cujo motivo foi uma declaração publicada no JP por Gibson, na qual criticava as medidas adotadas pelas autoridades sanitárias diante de uma possível epidemia de “peste negra” na cidade do Recife. O Dr. Freitas refutou o jornal como forma de desmistificar toda a notícia tendenciosa e sensacionalista que havia sido publicada para gerar medo na população<sup>35</sup>. Devido a isso, Barbosa Viana redigiu o artigo “em nome da ciência, da pátria e da humanidade”, como apelo aos clínicos do estado para que extinguissem a doença<sup>36</sup>.

Outro caso, em 1904, referia-se à invasão no Jornal Pequeno por indivíduos armados a mando de Toninho e Raymundo Neves, ambos funcionários públicos do governo de Sigismundo Gonçalves, que procuravam por Gibson aos gritos, dizendo que este deveria ser morto<sup>37</sup>.

Em vista dessas circunstâncias, se fez necessário para compreender a história do Jornal Pequeno e o período temporal que se pretende estudar neste trabalho, considerar as vivências de Thomé Gibson e a dinâmica que ele mesmo rendeu ao jornal. Nascido em uma família abastada, filho de descendentes de ingleses, Alfred Gibson e Francisca Adelaide do Rego Barros, Thomé Gibson integrava um círculo social de prestígio ganhando notoriedade como acadêmico de Direito e jornalista desde os seus dezenove anos.

O contexto no qual se percebe Gibson e os colaboradores do JP é de uma elite intelectual das letras intrínseca a uma oligarquia de empreendimentos jornalísticos, direcionada aos leitores urbanos das camadas médias. Nessa perspectiva, Gibson e o JP desfrutaram do poder intelectual e atuaram como “agente da modernidade<sup>38</sup>”, emitindo suas opiniões políticas de forma pública no periódico considerando o contexto recifense, o que os

---

<sup>33</sup> Ibid., p. 10.

<sup>34</sup> Ibid., p. 11.

<sup>35</sup> Ibid., p. 12.

<sup>36</sup> NASCIMENTO, Luiz do. Jornal Pequeno. In: **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Imprensa Universitária. Vol. II (Diários do Recife 1829-1900), 1966. p. 383.

<sup>37</sup> GIBSON, Gustavo. **Biografia de Thomé Gibson**. [s.n]: [s.l], 2020. p. 12.

<sup>38</sup> ARRAES, Marcos Alexandre. **Embates discursivos: a modernidade no Recife na primeira metade do século XX**. Albuquerque: Revista de História, Campo Grande, MS, v. 3. n. 5. p. 115-134, jan./jun. 2011. p. 118.

levaram a participar na constituição da modernidade brasileira e, sobretudo, da configuração e reconstrução do Recife, enquadrando-o nas urgências daquele novo tempo, como ressalta Arraes.

As desavenças, críticas e embates através dos jornais da época e as quase agressões físicas foram resultados da maneira como Gibson agiu e se relacionou com figuras intelectuais importantes. Nesse sentido, compreender o posicionamento deste proprietário de jornal, tido como bem conceituado e de ampla circulação no Recife, é associá-lo aos discursos e visões de mundo propagados pelo JP a partir do momento de sua nomeação como diretor e responsável pelo vespertino.

Desde cedo o Jornal Pequeno contou com a colaboração de alguns redatores importantes ao longo de toda a sua existência. Entre os integrantes dessa elite intelectual da imprensa jornalística do Recife que integrava a redação do JP, destacam-se Carneiro Vilela (1846-1913) que assinava crônicas parlamentares, as “Congressalhadas”, A&Z ou Z&A, além de outras crônicas<sup>39</sup> sendo romancista e poeta pernambucano, conhecido pelo seu famoso romance “A Emparedada da Rua Nova”, escrito durante seus anos no JP entre 1909 e 1912<sup>40</sup>. Urbano Duarte de Oliveira (1855-1902), jornalista e cronista baiano, escrevia para o JP a “Crônica fluminense”, assim como os versos nos rodapés com a assinatura “N. T. C<sup>41</sup>”, sendo também fundador da 12ª cadeira da Academia Brasileira de Letras<sup>42</sup>.

Além desses, contribuíram com artigos no jornal o romancista e memorialista recifense Mário Sette (1886-1950), que escrevia e divulgava crônicas abordando características pitorescas da cidade do Recife, assim como escrevia a coluna “Mosaico” e as crônicas da coluna “Registrando” sob o pseudônimo Marcelo<sup>43</sup>. Assis Chateaubriand (1892-1968), jornalista e advogado que promoveu entrevistas com personalidades nos navios que passavam pelo porto do Recife, deixou o corpo redacional do JP no final de 1915, encerrando o ofício de jornalista de forma definitiva, embora escrevesse eventualmente para jornal<sup>44</sup>. Ainda no início de 1915, entravam para o corpo redacional do JP, Oswaldo

---

<sup>39</sup> NASCIMENTO, Luiz do. Jornal Pequeno. In: **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Imprensa Universitária. Vol. II (Diários do Recife 1829-1900), 1966. p. 380.

<sup>40</sup> BARBOSA, Virgínia. **Carneiro Vilella**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

<sup>41</sup> NASCIMENTO, Luiz do. Jornal Pequeno. In: **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Imprensa Universitária. Vol. II (Diários do Recife 1829-1900), 1966. p. 380.

<sup>42</sup> ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Urbano Duarte**. Rio de Janeiro, [s.d].

<sup>43</sup> NASCIMENTO, Luiz do. Jornal Pequeno. In: **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Imprensa Universitária. Vol. II (Diários do Recife 1829-1900), 1966, p. 394.

<sup>44</sup> *Ibid.*, pp. 397-398.

Chateaubriand (1893-1959)<sup>45</sup>, filósofo e irmão de Assis Chateaubriand, e também o médico sanitaria e jornalista Otávio de Freitas (1871-1949), com a coluna “Em viagem<sup>46</sup>”.

Como se pode notar, o mundo da imprensa e, portanto, do jornalismo, constituiu-se para além de um grupo composto majoritariamente de homens; estes se consolidaram também por uma certa identidade que os unia. Tratava-se de uma representação e perfil comum em espaços que “lhes davam legitimidade para discutir e apontar os impasses e perspectivas que se apresentavam para o país<sup>47</sup>” e que, sobretudo, reverberou pelo momento de maior visibilidade e de autonomia, como aponta Lilia Schwarcz.

Em vista disso, destaca-se a atuação das mulheres que atuaram e contribuíram no *Jornal Pequeno*, ainda que foram percebidas somente pelas transcrições dos artigos da imprensa carioca pelo vespertino, como é o caso de Emília Moncorvo Bandeira de Melo<sup>48</sup> (1852-1910). Foi romancista e cronista que escreveu sob os pseudônimos femininos de Carmem Dolores, Célia Márcia, e masculinos como os de Júlio de Castro, Leonel Sampaio e Mário Villar<sup>49</sup>. Assim também foi o caso da escritora Júlia Lopes de Almeida<sup>50</sup>, ignorada pela ABL apesar de ter feito parte da sua construção e não ter sido escolhida para ser representada entre os imortais da Academia<sup>51</sup>.

O fato de o JP transcrever artigos, tanto de Emília de Melo quanto de Júlia de Almeida entre o período de 1908 a 1910, chama a atenção para o ideal e o lugar em que as mulheres eram colocadas em suas publicações. Raramente se podia ver uma posição intelectual das mulheres nas páginas do jornal, tendo em vista que estas eram frequentemente sujeitas às observações dos homens que as recomendavam boas maneiras, como deveriam se vestir e ser, sobretudo, recebiam críticas sobre seus corpos. Na seção “Para senhoras - As mulheres e os vestidos”, encontra-se orientações de um escritor “curioso” sobre como reconhecer uma mulher pelo feitio e pela cor do vestido que ela usa: “as que o usam apertado, são avarentas; [...] curto e sujo, desmazeladas; - desempregado, preguiçosas; [...] de cores escuras, timoratas e prudentes [...] as que levantam quando chove, tem com certeza pernas e pés bonitos<sup>52</sup>.”

---

<sup>45</sup> Ibid., p. 398.

<sup>46</sup> Ibid., p. 396.

<sup>47</sup> SCHWARCZ, Lilia M. Entre “Homens da Ciência”. In: **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp. 50-51.

<sup>48</sup> NASCIMENTO, Luiz do. *Jornal Pequeno*. In: **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Imprensa Universitária. Vol. II (Diários do Recife 1829-1900), 1966, p. 392.

<sup>49</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM INFORMÁTICA, LITERATURA E LINGUÍSTICA. **Emília Bandeira de Melo**. Santa Catarina: UFSC, 2023.

<sup>50</sup> Ibid., p. 392.

<sup>51</sup> NASCIMENTO, Patrícia Freire do. **Júlia Lopes de Almeida**: conheça a história da primeira mulher da ABL. Recôncavo da Bahia: Biblioteca Setorial do CECULT/UFRB, [s.d.].

<sup>52</sup> **Jornal Pequeno**. Recife, n. 1, 2 jan. 1901. p. 1.

Alguns artigos, os que correlacionaram a mulher com a música, como na “Seção Chic”, intitulado “A Mulher Musica”, explicavam que “a mulher tem de *concordar* com o homem para haver *harmonia* [...] Quando fala mais do que deve, mette *apojaturas* no discurso e mostra não ser breve [...] A mulher faladora é um *flautim desafinado* [...]”<sup>53</sup>.

Além disso, houve a romantização em um caso de feminicídio<sup>54</sup>, no qual um indivíduo conhecido como Joca, casado, desvirginou e engravidou sua cunhada Maria. Para resolver o “problema”, cravou a faca nove vezes em Maria e, em seguida, aplicou em si mesmo 20 facadas e foi levado à enfermaria da Casa de Detenção do Recife. O JP intitulou esse caso de “Assassinato por amor - mais de vinte facadas<sup>55</sup>”. Quando não havia menções às mulheres sobre assassinatos, críticas e observações acerca dos seus corpos, os artigos destinados a elas eram relacionados à moda, principalmente à moda de Paris - o ideal de modernidade da época, como na “Typographia da Maison Chic<sup>56</sup>”.

Com o passar dos anos, o JP modernizou-se. Aumentou de tamanho em 1907, começou a ser impresso com seis (em 1904), oito e dezesseis páginas, passou por outra modificação em 1914 e transferiu-se - a redação, o escritório e a oficina, para um novo e melhor prédio na mesma rua do Imperador, número 41, sendo impresso em máquina rotoplana “Duplex Press” que, a saber, foi a terceira a ser instalada no Recife<sup>57</sup>. Segundo Nascimento, a folha do JP começou a estampar amplas reportagens com fotografias acerca dos acontecimentos sensacionalistas, principalmente policiais e matérias clichês, raramente havia alguma edição extraordinária<sup>58</sup>. Conforme Nascimento, o JP teve sua fase áurea em 1910 e, em 1913, teve sua tiragem declarada em seis mil exemplares, sendo o diário ““mais lido da cidade<sup>59</sup>” aparecendo com novo aspecto em seus impressos.

A partir de 1920, começa-se a perceber diversas seções direcionadas ao consumo do leitor, as quais faziam parte da lógica moderna e capitalista. Nas últimas páginas, havia propagandas sobre indicações de professores, cremes, elixires, laboratórios, médicos, teatros, cinemas e várias outras recomendações. Além disso, destacavam-se no meio das publicações grandes seções e constantes menções aos esportes, especialmente à parte desportiva, com

<sup>53</sup> **Jornal Pequeno**. Recife, n. 124, 4 jun. 1909. p. 1.

<sup>54</sup> Apesar do termo trazer uma problemática recente aos dias de hoje quando se trata da violência motivada por questões de gênero, colocado aqui nos termos atuais, refiro-me a uma prática lida socialmente de forma diferente ao longo do tempo, mas que, independentemente do termo utilizado (sem o objetivo de ser anacrônica) se refere a tamanha violência que sempre acometeu as mulheres.

<sup>55</sup> **Jornal Pequeno**. Recife, n. 154, 12 jul. 1905. p. 2.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>57</sup> NASCIMENTO, Luiz do. *Jornal Pequeno*. In: **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Imprensa Universitária. Vol. II (Diários do Recife 1829-1900), 1966, p. 397.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 389.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 396.

predominância das notícias do hipismo, do jockey e do futebol, o que levou ao aumento do preço das assinaturas anuais e semestrais.

**Imagem 3** - Cabeçalho do Jornal Pequeno iniciando a folha de esportes, de 1925 (Edição 105, página nº 2)<sup>60</sup>



Fonte: Jornal Pequeno

Após a morte de Thomé Gibson, em 10 de julho de 1928, o JP continuou sem previsão de continuidade. No entanto, eram publicadas reportagens policiais como o famoso “Retrato da vítima”, que costumava apresentar fotografias de natureza violenta e sanguinolenta do ocorrido estampadas no jornal, uma característica do Jornal Pequeno<sup>61</sup> na época.

**Imagem 4** - Reportagem da seção “retrato da vítima”<sup>62</sup>, do Jornal Pequeno, de 1932



Fonte: Jornal Pequeno

Nesse contexto, em 4 de outubro de 1930, o JP suspendeu sua circulação devido às efervescentes movimentações políticas ocorridas no mesmo dia. As oficinas foram depredadas por indivíduos exaltados e um dos diretores do jornal, Renato Medeiros, foi preso. Apesar disso, a circulação do periódico foi retomada em 1º de dezembro do mesmo ano, com uma

<sup>60</sup> **Jornal Pequeno**. Recife, n. 105, 4 jun. 1925. p. 2.

<sup>61</sup> *Ibid.*, p. 403.

<sup>62</sup> **Jornal Pequeno**. Recife, n. 211, 16 set. 1932. p. 3.

nova tipagem, sob a direção e gerência de Romeu Medeiros dando destaque ao programa e, por isso, “voltavam, pois, à luta com a vontade imperiosa de acertar, agindo com desinteresse, pela prosperidade de Pernambuco e da República<sup>63</sup>”.

### **O modernismo eugênico e higienista da cidade do Recife: uma “imprensa a serviço do progresso” e da exclusão racial?**

Diante do advento e da instauração do regime republicano, surgiram grandes expectativas de renovação política, transformações sociais e culturais, sobretudo na suposta inserção do povo nas decisões que lhes diziam respeito e, acima de tudo, nas aspirações e na incessante busca pela modernidade.

Com as expectativas renovadas na jovem República, a mudança do modelo governativo também lançou luz sobre a concreta realidade que viviam as populações mais pobres. Diante desse contexto, o historiador José Murilo de Carvalho<sup>64</sup> enfatizou algumas mudanças da primeira década da República de caráter quantitativo no Rio de Janeiro, tendo em vista à sua maior desenvoltura econômica, política e cultural, despontando com intensidade as inflexões proporcionadas pela modernidade, consciência e as novas consequências que puderam ser sentidas em outras cidades do Brasil a partir dela.

Segundo a análise de Carvalho, a alteração de regime ocasionou algumas inflexões e antigas permanências nas primeiras décadas, decorrendo alterações no número de habitantes, na composição étnica e na estrutura populacional. Para além do aumento populacional em relação aos imigrantes, que cresceu antes mesmo da República, a imigração apresentou um desequilíbrio entre os sexos, havendo significativamente mais homens do que mulheres.

Outra consequência do mesmo crescimento populacional, foi o agravamento do acúmulo de pessoas ocupando serviços com má remuneração ou sem ocupação fixa. Este fator agravou conseqüentemente os problemas de habitação, tanto em qualidade quanto em quantidade. Contudo, “os velhos problemas de abastecimento de água, de saneamento e de higiene viram-se agravados de maneira crítica no início da República com o mais violento surto de epidemias da história da cidade”, sendo a causa de todas essas problemáticas atribuídas à abolição da escravidão<sup>65</sup>.

---

<sup>63</sup> NASCIMENTO, Luiz do. *Jornal Pequeno*. In: **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Imprensa Universitária. Vol. II (Diários do Recife 1829-1900), 1966, p. 404.

<sup>64</sup> CARVALHO, José Murilo de. *O Rio de Janeiro e a República*. In: **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 16.

<sup>65</sup> Para mais detalhes sobre os índices de crescimento da população no início da República, bem como as condições dessa população em crescimento, ver a obra de José Murilo de Carvalho. *Idem.*, p. 16-20.

Além disso, inerente ao pensar acerca do aumento populacional e a maneira como esses indivíduos ocupavam os serviços informais, bem como os velhos problemas habitacionais, é indispensável analisar, segundo Carvalho, a composição dessa crescente população que, assim como era vista no Rio de Janeiro, também foi percebida na composição da cidade do Recife em meados do século XIX para o XX. Esta população pode ser comparada ao que o autor chamou de “classes perigosas ou potencialmente perigosas” termo utilizado na primeira metade do século XIX, pois,

Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes [...]. E é claro, a figura tipicamente carioca do capoeirista, cuja fama já se espalhara por todo país e cujo número foi calculado em torno de 20 mil às vésperas da República. [...] tais pessoas eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época, especialmente as referentes às contravenções do tipo desordem, vadiagem, embriaguez, jogo. (Carvalho, 2019, p. 18).

A constituição das classes populares durante o início da República quando trazidas ao debate e enfrentadas, revela muito sobre o legado de um processo de abolição lento, gradual e incompleto no Brasil. Os remanescentes da escravidão, em sua maioria negros, eram constantemente enquadrados no pensamento de inferioridade do africano, conforme explica a historiadora Celia Maria Marinho de Azevedo. Segundo a autora, em geral concordância com essa premissa, desenvolvia-se o argumento “de que o negro perigoso (porque inculto, imoral, não civilizado [...]) precisava ser rapidamente incorporado à sociedade via estratégias disciplinares<sup>66</sup>”. Diante dessa construção do negro como perigoso, inferior e imoral, ganhava força, ao mesmo tempo, o projeto imigrantista no sul e sudoeste do país como uma resposta possível e eficaz tanto à demanda por mão de obra quanto ao processo de embranquecimento que pensou-se à população “de cor”.

A expressão “classe perigosa”, portanto, está associada a um grupo social constituído à margem da sociedade, referindo-se aos indivíduos que escolheram estratégias de sobrevivência que os colocavam no limite da lei<sup>67</sup>. Notou-se que, em uma tentativa de descrição detalhada feita por um funcionário da polícia de Paris, cidade esta que sofria dos mesmos “males” visto também no Recife em relação à sua população, da análise feita a partir do seu estudo sobre os problemas dos “malfeitores”, o agente acabou por descrever as condições de vida dos pobres em geral falhando em ter qualquer tipo de precisão acerca do

---

<sup>66</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário da elites, século XIX**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004. p. 48.

<sup>67</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 23.

ponto de intermédio que estivesse entre as classes perigosas e as classe pobres<sup>68</sup>. Nesse sentido, é com base nesses estudos frustrados do agente de polícia parisiense que deputados brasileiros se inspiraram em modelos de trabalho, combate à ociosidade e à criminalidade no Brasil.

Consequentemente, após o debate proporcionado por Sidney Chalhoub, considerando o pensamento de deputados brasileiros de que “os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando [...] temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos<sup>69</sup>”. Entende-se, por isso, que a pobreza era fator suficiente para compreendê-los como malfeitores, indivíduos perigosos, e isso, como argumenta Chalhoub, gerou um estigma para a história do país.

Dessa maneira, estigmatizar indivíduos como perigosos em função de sua classe não foi suficiente: foi preciso, a partir da lógica de uma suspeição generalizada enquanto estratégia de atuação da polícia brasileira, sobretudo no início do século XX, definir que alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros, como analisa Chalhoub. No entanto, para que isso ocorresse, a história do Brasil contribuiu com o seu solo fértil para que a população negra se tornasse, de alguma maneira, os suspeitos preferenciais, pois, como bem menciona Chalhoub ao citar Lima Barreto, deixou claro que “[...] todo cidadão de cor há de ser por força um malandro [...]”<sup>70</sup>, desde a colônia, passando pela República e assim estendendo-se até os dias de hoje.

A movimentação proporcionada pela República se estendeu aos pensamentos, ideias e mentalidades da época. Segundo Carvalho, o governo republicano não gerou correntes ideológicas próprias; ao contrário, o que ocorreu foi a circulação livre de ideias já existentes e recatadas do Império<sup>71</sup>. Ainda, contribuiu-se para a diversidade ideológica da época a influência das várias vertentes do pensamento europeu, além do positivismo e do liberalismo já operantes durante o Império, tais como o socialismo, o anarquismo, entre outras.

A irresistível República, que por muito tempo significou uma alusão às aspirações democráticas, foi rapidamente exaurida de sua essência modernizante e progressista. Contudo, para substituir um governo por outro e ao mesmo tempo constituir uma nação específica, os republicanos tinham, cada um ao seu modo, uma solução desejada para essa tarefa<sup>72</sup>, como

---

<sup>68</sup> Ibid., p. 24.

<sup>69</sup> Ibid., p. 26.

<sup>70</sup> BARRETO, Lima. **Cemitério dos vivos**. [s.l.], 1921, n.p. *apud* CHALHOUB, Sydney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. pp. 26-27.

<sup>71</sup> CARVALHO, José Murilo de. **O Rio de Janeiro e a República**. *In: Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 23.

<sup>72</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 25-27.

assinala Carvalho. Assim, a versão final assumida pela recém-instaurada forma de governo teve raízes em uma política liberal, adotando o darwinismo social, o qual, mesmo com a abolição da escravidão “a sociedade caracteizava-se por desigualdades profundas e pela concentração do poder. [...] o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte<sup>73</sup>”.

Além disso, com a combinação de teorias importadas, a República contou com um arsenal teórico e ideológico do positivismo, iniciado com a condenação do modelo monárquico e, principalmente, com ações em nome da ordem e do progresso, da família, da pátria e do cientificismo.

Ainda sobre as mentalidades, observou-se com o novo regime o rompimento com valores clássicos e mais antigos, dando lugar aos costumes mais soltos. Segundo Carvalho, devido aos altos índices de população marginal e de imigração, a alta taxa de nascimentos ilegítimos e a baixa nupcialidade<sup>74</sup> fizeram com que o pecado se personificasse nas figuras de Zé Pilintra e Zé Povinho, os Josés, parceiros alusivos às categorias sociais básicas para a compreensão do popular, do arquétipo do povo e da nacionalidade<sup>75</sup>.

Diante do exposto, abordar as faces do moderno mostra-se desafiador considerando que, conforme destaca o historiador Antonio Paulo Rezende, nos processos de modernização “notam-se as contradições, as ambiguidades, as tênues fronteiras entre o novo e o velho, as dificuldades de conceber a dimensão das mudanças que são enunciadas pelos porta-vozes do modernismo e da modernização<sup>76</sup>”. Na aceleração da modernidade e dos sentimentos ditos progressistas que enfeitiçavam os homens da época, observam-se “momentos de deslumbramentos e fantasias sobre o futuro possivelmente moderno, pelo medo de vê-la distante das tradições e o desejo de reafirmar seu passado profundamente idealizado<sup>77</sup>”, como salienta o autor.

Entender os sinais de ruptura que o Recife conheceu significa confrontar o tradicional, especialmente a sociedade brasileira ligada a seu passado escravocrata, aos senhores de engenho e às “conquistas” dos colonizadores, conforme pretendia Gilberto Freyre ao basear-se em suas experiências na cultura estrangeira utilizadas para inventar a sua explicação do Brasil<sup>78</sup>.

---

<sup>73</sup> Ibid., p. 27.

<sup>74</sup> Ibid., p. 26.

<sup>75</sup> SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 77.

<sup>76</sup> REZENDE, Antônio Paulo. **(Des) encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX**. 2. ed. Recife: FUNDARPE, 2016. p. 19.

<sup>77</sup> Ibid., p. 33.

<sup>78</sup> Ibid., p. 190.

Isto posto, como perceber mais do que se mostra o “império do progresso” e não ter os “olhares adormecidos na ‘marcha do progresso’ ou deslumbrados com a assimilação rápida dos hábitos e modas modernizadoras?<sup>79</sup>”. Como pontua Rezende, é mais do que necessário que se tenham olhares sobre as ruínas e, sobretudo, as barbáries que os agentes da marcha progressista contagiaram e ainda contagiam com sua precisa persuasão.

Nesse sentido, lança-se luz sobre a cidade do Recife enquanto um lugar de tensões entre o novo e o tradicional e palco de receptividades das invenções modernas do século XX, em meio ao contexto em que as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro despontavam com seus espíritos reformistas e com a adequação dos ideais de civilização. No Recife, “ia se construindo os espaços de modernidade, do progresso e da civilização aos moldes da modernização européia - a *Belle Époque*, que tinha na Paris de Haussmann seu maior ideal”<sup>80</sup> em busca do apagamento do Recife de outrora escravista e atrasado. Assim, o Recife com o qual Mário Sette estava acostumado e, portanto, saudoso, ansiava pelo novo ao enfrentar outras conjunturas e inflexões. Nostálgico e enamorado pela cidade, Sette escreve

Não se obliteram os traços marcantes da fisionomia de uma cidade. Quem há mais de século viveu e no presente ressuscitasse não se perturbaria com as transformações de sua cidade a ponto de nela deixar de encontrar com abundância motivos de recordações e de saudades. Ademais, existe em cada cidade, para os que a amam e muito sabem senti-la, uma impregnação toda peculiar, como um aroma pessoal, que os anos não destroem. No Recife esse particularismo se evolva num sino, num pormenor de procissão, num desvão de barro, numa volta do rio, num perfume de tabuleiro, numa galhofa do povo, numa toada de Carnaval, numa alameda de sítio, num sabor de oiticoró ou de abacaxi...Todas essas coisas haverá em diferentes terras, mas no Recife elas se harmonizam com a paisagem no nosso entendimento. (Sette, 2018. p. 91).

É numa versão nova desse Recife saudoso, tanto fisicamente quanto em um lugar de sentidos, emoções e paisagens que a partir da década de 1910, foram iniciadas as obras de modernização na cidade conforme as administrações dos governadores se alternavam. Como exemplo, o período das iniciativas reformistas de Sérgio Loreto (1922-1926), foi considerado o mais sobressaltado da época e contou com grande colaboração da imprensa local com o objetivo de marcar seu comprometimento com o modernismo e o progresso.<sup>81</sup> Além do mais, possuindo uma relevante posição econômica no Nordeste devido o seu porto, os aspectos anteriormente mencionados no que diz respeito às péssimas condições sanitárias e de higiene,

---

<sup>79</sup> Ibid., p. 166.

<sup>80</sup> Dava-se início a uma ressignificação e renovação no Recife que tinha como sustento as obras do programa de obras públicas de modernização da capital francesa do século XIX. Ver ARRAES, Marcos Alexandre. **Embates discursivos: a modernidade no Recife na primeira metade do século XX**. Albuquerque: Revista de História, Campo Grande, MS, v. 3. n. 5. p. 115-134, jan./jun. 2011. p. 117.

<sup>81</sup> REZENDE, Antônio Paulo. **(Des) encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX**. 2. ed. Recife: FUNDARPE, 2016. p. 51.

que abrangiam as residências e as ruas - sujas, estreitas e mal traçadas, mostraram a necessidade da reestruturação do Recife, considerando que a cidade sob tais circunstâncias só agravaria ainda mais a proliferação de epidemias e o contágio de doenças que acometiam a maioria da população urbana<sup>82</sup>.

Em consonância, assim como no centro de Paris antes do governo e das reformas do Barão de Haussmann que buscou implementar um projeto urbanístico moderno e social com mudanças em estruturas que resolvessem os problemas sanitários epidêmicos apoiados na modernidade, desse modo, a cidade do Recife no início do século XX muito se assemelhava ao cenário parisiense<sup>83</sup>. Ainda, conforme a referência urbanística francesa, a cidade do Rio de Janeiro diante da infraestrutura precarizada da pobreza, das doenças e da sujeira, bem como os problemas de moradias insalubres no centro da cidade, começaram a ser encaradas não apenas “como uma ameaça para as condições higiênicas da capital carioca” mas, principalmente, como um “problema para o controle social dos pobres<sup>84</sup>”.

Diante desse contexto e propondo-nos a investigar o *Jornal Pequeno*, busca-se hoje com os olhares consoantes a urgente ressignificação do que em outros tempos era este periódico detentor de “suas humildes, mas honestas, qualidades de espírito [...] a merecer a confiança das classes conservadoras do Estado. [...] Republicana por consciência e por coração [...]”<sup>85</sup>, compreende-se assim que sua forma de operar e seus ideários resultaram em configurá-lo, atualmente, como um jornal sensacionalista e, indiscutivelmente racista.

Entendendo-o dessa maneira e dotado de mau caráter<sup>86</sup>, afirmamos estes pontos sem anacronismo ao compreender-se o cenário de inflexões à época, valendo-nos das informações, publicações, imagens e ideias que só se confirmaram durante todo o período de análise do jornal. Contudo, torna-se imprescindível a contextualização dos enfoques norteadores para o entendimento da realidade brasileira: a urgência da modernidade e de projetos para uma nação modelo aliada às propostas da eugenia, “confundidas” com a prática da medicina social e do movimento sanitarista em vias de consolidação a partir da década de 1910.

---

<sup>82</sup> DUARTE, Jônatas Lins. **Modernização do porto e do bairro do Recife**: impactos causados pelas obras na população da freguesia (1909-1914). 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018. p. 78.

<sup>83</sup> *Ibid.*, p. 79.

<sup>84</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 31 *apud* DUARTE, Jônatas Lins. **Modernização do porto e do bairro do Recife**: impactos causados pelas obras na população da freguesia (1909-1914). 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018. p. 82.

<sup>85</sup> **Jornal Pequeno**. Recife, n. 74, 2 abr. 1900. p. 1.

<sup>86</sup> Por buscarem nas suas notícias, anúncios e caricaturas, inserir quase tudo que se referia às pessoas negras em um contexto que se queria moderno, civilizado e branco.

Ficou evidente que, com a instauração do modelo republicano, criaram-se maneiras para impor um determinado lugar para as pessoas negras de forma que a elite idealizasse mecanismos de controle para a continuação da subalternidade e da ausência de humanidade nas pessoas negras. À vista disso, a máquina propagandística republicana investiu em dizer ao contrário, muito embora reiterava e estabelecia com suas práticas as “hierarquias sociorraciais, o determinismo biológico e a hereditariedade<sup>87</sup>”, se sobrepondo “à noção de livre-arbítrio, de liberdade, na intenção das ações dos indivíduos<sup>88</sup>”.

Sob a perspectiva da modernidade, deslocou-se o problema da escravidão e, portanto, o problema do negro e da raça para o âmbito da educação e da saúde, conforme trata a historiadora Magali Gouveia Engel. Segundo a autora, havia a preocupação com a educação particularmente assumida pelos intelectuais que, no final do século XIX, buscavam alternativas para o futuro da raça no Brasil focando em novos arcabouços teóricos e políticos<sup>89</sup> para tal aperfeiçoamento. Ainda, conforme explica Souza, a propaganda foi empreendida por panfletos, artigos de jornais e revistas de grande circulação estimulados pelo racismo científico, pela campanha do saneamento e higiene no Brasil. Estes dois últimos disfarçaram-se de discursos de cunho eugenista, se auto proclamando como os trilhos do progresso e do requerido processo de civilização.

Como consequências das ideias Neolamarckistas, das discussões acerca do ideal de nação e da invenção de ser a eugenia um novo ramo da medicina social e da higiene, Renato Kehl (1928-1932), em 1920, pregava sua preocupação máxima em “sanear e eugenizar” devido às infestações por epidemias no país como a malária (paludica), a chagas, helmintoses, trachoma e sífilis, apontando essas doenças como responsáveis pela degeneração da raça do povo brasileiro<sup>90</sup> como se pensava.

Portanto, com a postulação do Neolamarckismo convicta da transmissão das características adquiridas, entendia-se que as doenças venéreas e vícios como a tuberculose, o alcoolismo, a nicotina, entre outras drogas e infecções poderiam ser repassados aos filhos dos seus genitores portadores de tais males<sup>91</sup>. Por isso, reformar o ambiente social e enfrentar esses e outros problemas sanitários e de saúde, como cita Souza, eram de ordem primeira,

---

<sup>87</sup> SAMPAIO, Gabriela dos Reis. ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **De que lado você samba?** raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição. Campinas: Unicamp, 2021. p. 179.

<sup>88</sup> Ibid., p. 179.

<sup>89</sup> ENGEL, Magali Gouveia. Educação, sanitarismo e eugenia: o negro e a construção da identidade nacional nos debates científicos da Primeira República (1889-1930). In: **História do pós-abolição no mundo Atlântico: identidades e projetos políticos**. Niterói: EDUFF, v. 1, 2013. p. 48-49.

<sup>90</sup> SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **As ideias eugênicas no Brasil:** ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. Revista eletrônica História em Reflexão: vol.6, n. 11 - UFGD - Dourados, jan/jun, 2012. p. 2-5.

<sup>91</sup> Ibid., p. 9.

pois o alcoolismo, a sífilis, a promiscuidade sexual e outros “males sociais” eram tidos como “venenos raciais” cuja causa era atribuída à população negra e, nesse sentido, as ideias eugênicas anunciavam como solução a “regeneração racial”, “limpeza racial”, “saneamento racial” ou “higiene racial”<sup>92</sup>.

Desde a propagação das diretrizes desenvolvidas por Francis Galton (1822-1911), no início do século XX, bem recebidas e empregadas no Brasil, tinha-se como principal propagandista das ideias eugênicas o doutor Renato Kehl, que defendeu a institucionalização do movimento eugenista brasileiro assim como concebeu um veículo editorial, o Boletim da Eugenia, dispendo de ideologias mais duras como o instituto da eugenia, o concurso de eugenia e o exame médico pré-nupcial que circularam entre 1929 a 1933<sup>93</sup>.

Ainda no início do século XX, com as modernizações das técnicas e a lógica de produzir para um mercado consumidor em crescimento, dada a conjuntura socioeconômica da época com rápidas tiragens de caráter comercial, maior quantidade de páginas, anúncios e propagandas colaboraram para a ascensão de um tipo específico de jornal. Nesse contexto, essa prática jornalística objetivava admitir cartas compostas por críticas e reclamações, ou seja, as queixas do povo, sendo uma forma viável na época de expressarem-se e exigirem as obrigações do poder público.

As queixas, que refletiam não somente as carências sociais, retratavam o que a população considerava ser os componentes legítimos do constitutivo exercício cotidiano da cidadania na consolidação da República<sup>94</sup>. Dessa maneira, também utilizou-se desse recurso o próprio JP, que durante suas edições instaurou o “O Pequenito”, o “órgão de reclames do Jornal Pequeno [...] com o objetivo de servir de cicerone aos leitores”<sup>95</sup>. Nele, publicava-se as queixas das pessoas com a finalidade de que o jornal pudesse tomar as devidas providências ao buscar contatar as autoridades, como se pode ver neste anúncio de 1905, no qual alguns residentes da Rua do Hospício puseram-se a reclamar. Publica-se no JP:

Escrevem-nos: solicitamos por vosso intermedio da autoridade competente providencias sobre o procedimento de uns moradores da rua do Hospicio, lado dos numeros impares. Costumam pessoas dessa casa fazer o despejo de aguas sujas e materias ecrementicias nos quintaes das casas circumvisinhas. E' natural que por esse motivo desprenda um fetido que se torna insuportavel a ponto de lenço ao nariz.  
- *Alguns vizinhos.* (sic) (Jornal Pequeno, Recife, n. 153, 11 jul. 1905. p. 2).

<sup>92</sup> Ibid., p. 10.

<sup>93</sup> SOUZA, Filipe Marcel Brito de. **Eugenia negativa no Brasil**: Renato Kehl e suas Lições de Eugenia. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. p. 26.

<sup>94</sup> SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 34.

<sup>95</sup> NASCIMENTO, Luiz do. Jornal Pequeno. In: **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Imprensa Universitária. Vol. II (Diários do Recife 1829-1900), 1966. p. 376.

Assim como eram frequentes as várias reclamações que partiam dos moradores incomodados com a falta de higiene nas ruas, havia também as denúncias e queixas do próprio JP exigindo melhores atitudes de cidadãos que condissessem com a civilidade. Como pode ser visto no artigo “Reclamação Justa”, na seção “Varias”, enquanto ainda era Pequeno Jornal, endereçado ao Sr. Gerente da Estrada de Ferro da Caxangá, pediu o jornal que se retirassem da Estação da Rua do Sol “os bancos que existem porquanto não preenchem o fim a que são destinados mas sim de ponto de descanso dos vagabundos durante o dia e de albergue nocturno, que transformam a estação em deposito de lixo<sup>96</sup>”. A partir disso, entende-se a incessante persistência do jornal em tornar a cidade do Recife civilizada, ainda que para isso viesse a custar a sobrevivência de quem nada tinha ou que ainda reforçasse sua condição marginalizada.

O Recife antigo e tradicional não cabia mais nas páginas do JP e nem nos ideais dos intelectuais da cidade. Chegava a transbordar, saltar das suas páginas a fatalidade e emergência do moderno. Nessa ótica, a ode escrita pelo vespertino de título “O Recife Moderno - conjecturas e realidade” reflete quase que religiosamente tal necessidade, pois

Na alma velha e apagada do Recife barbaro começa a palpitar, fegosa, a alma nova do Recife podre de civilização [...] Os peoneiros do progresso, numa ancia insatisfeita de melhorar, vão rasgando o veu de treva do atrazo que envolve o Recife *saia-balão* e, dentro em poucos annos, os pernambucanos entôarão, com jubiloso orgulho, o hymno monumental á *urbs* moderna, ao Recife, emergindo de um banho lustral, todo *up-to-date* [atualizado] e até *sans dessous* [sem fundo], num quintessenciamento de modernismo, porque em tudo a moda requintada e caprichosa se insinua...[...].

[...] o despertar estremunhado deste povo de Pernambuco, que esperanças esvaecidas amodorrâram, será tocado por sensações, cada vez mais fortes de entusiasmo, geradas pela *mise-en-scene* [cenário novo] , sempre mais bella, sempre mais positiva, que o patriotismo dos brasileiros lhes plantará ante os olhos extasiados.

Recife moderno |.. Novo centro de refinamentos de civilização, será aqui que os enormes transatlânticos despejarão os grandes *blasès* [novidades] da Europa [...] Electricos, automoveis de luxo e de carga, carruagem de praça e particulares, *moto-cars*, vehiculos de todos os feitios, tamanhos e generos, finalmente, cruzarão em todas as direcções as arterias da nova metropole, onde um perpetuo formigamento de gente em todas as nacionalidades e feitios, desde o vendelhão vulgar que offerecerá o seu *alcaide* , ou a novidade do dia á estultice do incanto, até a cocotte de luxo, farfahante de sedas e rescendente de perfumes capitosos, porá uma nota palpitante e intensa de vida moderna e bem americana. (Jornal Pequeno, Recife, n. 1, 3 jan. 1910. p. 11) (sic) [tradução livre].

Os planos para o Recife eram muitos e também grandiosos, como se pode perceber no excerto acima. De velho, apagado, bárbaro e podre de civilização o jornal pensou os detalhes dessa cidade vendo-a voluptuosa, emergindo de um banho lustral e onde os transatlânticos aportariam com *blasés* (novidades) da Europa à nova metrópole e que, sobretudo, palpitaria

<sup>96</sup> Pequeno Jornal, Recife, n. 80, 4 out. 1898. p. 2

uma vida moderna e americana. Nota-se que o artigo foi descrito com algumas poucas palavras em francês para marcar que o moderno estava sendo consolidado, inclusive na escrita do próprio vespertino.

O velho não tinha espaço ali. Rezende, ao tratar da obra de Gabriel Márquez em “Cem anos de Solidão”, associou de forma contundente a maneira como as novidades modernistas iam chegando aos habitantes da cidade do livro, Macondo: segundo a doença descrita pela indígena chamada Visitación, quando o doente se acostumava com o estado de vigília, era primeiro deletado da memória do indivíduo as lembranças da infância, depois o nome e a noção das coisas, a identidade das pessoas, a consciência do seu próprio ser, “até se afundar numa espécie de idiotice sem passado<sup>97</sup>”. Isso se constitui, ainda segundo Rezende, em um dos grandes dilemas da modernidade “que é a possibilidade ou não de ser seduzido por um tempo insaciável, que não cessa de buscar o novo, despreza o passado, possuído pelo impulso de esquecê-lo<sup>98</sup>”.

Com o propósito de extinguir o passado em uma incessante busca pelo novo, entende-se a partir disso que a cidade moderna, apesar de ter sofrido modificações, pôde guardar questões de outros tempos<sup>99</sup>. O moderno e o antigo não são e não podem ser compreendidos como uma linha<sup>100</sup> sucessória de acontecimentos cravados; portanto, é evidente que, embora os discursos, as promessas e as modificações no espaço físico das cidades encantassem os homens, o passado não poderia abandonar suas estruturas diante das novas roupagens do moderno.

Pensando nisso, ainda na ode do JP ao Recife moderno de 1910, ao se descrever que os veículos cruzariam em todas as direções na “[...] nova metropole, onde um perpetuo formigamento de gente em todas as nacionalidades e feitios [...]”<sup>101</sup>, percebe-se que apesar do entusiasmo às nacionalidades e feitios mencionados a que se refere o jornal, sabe-se que não estavam a considerar a população “de cor” e os pobres presentes majoritariamente nos espaços urbanos da época.

Conforme o analisado, a questão que se colocou neste capítulo não diz respeito a realização ou não das reformas e melhorias que seriam proporcionadas pelo saneamento básico das quais era desprovida a cidade do Recife em nome da modernização, mas sim,

---

<sup>97</sup> MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. **Cem anos de solidão**. 53. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 47-48 *apud* REZENDE, Antonio Paulo. **(Des) encantos Modernos: Histórias da cidade do Recife na década de vinte**. 2. ed. Recife: UFPE, 2016. p. 28.

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>99</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>100</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>101</sup> **Jornal Pequeno**, Recife, n. 1, 3 jan. 1910. p. 11.

evidentemente, pelo que se sucedeu e a forma com que foram submetidas as classes pobres e negras em nome do progresso e da civilidade. Por conseguinte, a questão se estende ainda à linha tênue entre o discurso do porvir moderno e eugenista, maquiado de higiene e medicina social e as permanências do que era tradicional e “atrasado”, principalmente no que diz respeito à face republicana em manter o negro em lugar de exclusão e subalternidade.

Diante do analisado, é nesse cenário de grande prestígio social que age o Jornal Pequeno exercendo a função de formador de opiniões e de informações, enquanto uma imprensa sensacionalista de influência que tomou para si a função de perseguidor da moral e dos bons costumes e que, sobretudo, desempenhou o que Maria de Lourdes Eleutério conceituou como uma “imprensa a serviço do progresso”.

## **CAPÍTULO II: EM NOME DA ESTÉTICA, DA HIGIENE E DOS BONS COSTUMES: A PERSEGUIÇÃO A POPULAÇÃO NEGRA E SUA CULTURA NO RECIFE**

Considerado um dos grandes jornais da época por sua ampla circulação e seu papel como formador de opinião, o Jornal Pequeno foi julgado por alguns como “o virulento diário” e até de “bandidos do jornaleco pequenino”<sup>102</sup>, referindo-se aos colaboradores do vespertino. Ao longo dos anos de sua atividade diária, esteve em cooperação e preocupado em adequar-se aos padrões da emergência da modernidade de inspiração europeia para cidade do Recife no que diz respeito tanto ao sentimento do novo quanto ao sentido estrutural e higienizador da cidade, em debates em torno da reforma urbana. De todo modo, o lema republicano exaltava “O Brasil Civiliza-se” e buscava-se uma forma de vida e práticas culturais que remetessem a uma alta sociedade como o postulado pela *Belle Époque*.

Para desempenhar o papel de cidadãos responsáveis, direitos e cooperadores do que era necessário para a ordem e o progresso do país, o jornal tomou a liberdade de mobilizar-se para a propaganda de estar sempre a serviço da República, frequentemente cortejada e orgulhosamente invocada em suas edições. Com isso, desejando ter as áreas públicas, as ruas e os demais espaços que evidenciavam a modernização e reurbanização da cidade em perfeitas condições para seu deleite e aproveitamento, a elite das letras e intelectuais que compunham a redação do JP atuavam com grande empenho na prevenção e combate ao que não parecia combinar ou não demonstrava ares de modernização.

Por isso, enquanto uma imprensa a serviço do progresso, o jornal vespertino organizou-se diariamente a fornecer a vigilância dos costumes e da moral da população do Recife. Não somente, essa auto função desempenhada pelo JP englobava críticas e perseguições a tudo que vinha do negro: empenharam-se na campanha contra as habitações precárias, os popularmente conhecidos como mocambos, onde morava a maioria da população negra e pobre, assim como promovia o apelo à derrubada destes. A perseguição voltou-se aos cultos de matriz africana e indígena, vulgarmente chamados de catimbós; também faziam pouco caso de algumas situações sérias; buscavam o humor às custas da deslegitimação dos negros e demonstravam pouco caso das situações que os envolviam, principalmente acerca das brigas entre trabalhadores do porto do Recife.

Frequentemente, o vespertino concedia espaço em suas edições sobre assuntos

---

<sup>102</sup> Referências atribuídas de quando ainda era Pequeno Jornal em nota de rodapé pelo jornal Estado de Pernambuco na edição de 11 de janeiro de 1900. Ver em NASCIMENTO, Luiz do. Estado de Pernambuco. *In: História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Imprensa Universitária. Vol. II (Diários do Recife 1829-1900), 1966. p. 370.

policiais, agressões entre os populares das comunidades, assassinatos e tentativas de assassinatos, suicídios, mortes por trabalho, feminicídios e outras questões que permeavam o mundo da violência na cidade. Dessa forma, desde que era Pequeno Jornal, tais assuntos eram abordados nas sessões “Varias” ou “Mosaico”, o que foi mudando ao longo do tempo, sendo esses assuntos encontrados de maneira solta nas colunas das edições seguintes.

Como já discutido sobre os valores do JP e como desempenhou a auto função de busca e defesa sempre dos bons costumes aliados aos preceitos republicanos, o vespertino empreendeu um embate no sentido de efetuar perseguições à população “de cor” do Recife. No entanto, o modo como o termo “perseguições” às classes pobres e “de cor” é referido neste trabalho não significa dizer que houve perseguições propriamente ditas, ou seja, não é como se o Pequeno Jornal ou Jornal Pequeno tivessem investido fisicamente em ações presenciais seguindo ou correndo atrás de indivíduos com armas em mãos, como comumente se pensa quando se fala em perseguições. O sentido pelo qual o termo é utilizado aqui é o da perseguição simbólica, empreendido por meio da intolerância, da repressão e do preconceito com as culturas populares da época, principalmente da população negra, que constituíram e continuam a constituir os mais diversos lugares e formas de produzir e disseminar cultura e resistência no Recife e no mundo.

O que compreende a população negra nas páginas do JP não é das melhores situações, pois, no final das contas, o negro e sua cultura não compatibilizavam com o moderno e iam na contramão do que se pensavam para o progresso do Brasil. Assim, em relação a tal população, viu-se no JP as mais diversas menções ao negro, como se observou no artigo intitulado “A belleza feminina”, na seção “Mosaico”, de 1898, argumentando acerca do ideal que se tinha sobre beleza e a maneira que se compreendia a estética. A partir do artigo, pôde-se concluir que cada “raça humana” tinha o seu ideal de beleza feminina de acordo com seu temperamento, partindo do que um fabulista teria traduzido há muito tempo, ao se expressar nas palavras de que “o sapo ama sua companheira”.

Partindo dessa premissa, o artigo continua enunciando que “de facto, cada povo acha o seu typo mais bello que o do povo vizinho. Mangeolle demonstra este faccto pittorescamente nas seguintes linhas: << o negro exproba ao europeu a tez de alabastro e prefere, a uma loira *miss* a sua escura companheira [...]>>” (sic)<sup>103</sup>. E seguiram discutindo que

[...] Na Cochinchina, a mulher mais bella é a que tem o rosto redondo; entre os hottentotes que padece, de *steatopygia* [o acúmulo de gordura natural na região das nádegas] a mulher mais bella é a que tem as nádegas mais proeminentes, entre as indias da America do Norte, o typo ideal é a que tem a cara larga e chata, olhos

<sup>103</sup> **Pequeno Jornal**, Recife, n. 10, 12 jul. 1898. p. 2.

pequenos, maçans salientes, a fronte baixa , um queixo enorme, um nariz adunco, a tez bronzada e os seios flácidos, cahidos até a cintura, dil-o Hearne. >>

Esta propensão para admirar o typo de sua raça encontra-se na esculptura dos povos e mesmo nos grosseiros esboços - dos povos primitivos .

Alguns exemplos, entre mil.

Os *busmen* traçaram alguns desenhos das rochas e conseguiram perpetuar o seu typo nesses desenhos. Os bonecos de madeira que os negros fazem, mostram a mulher de nariz achatado, labios espessas e sobretudo os seios pendentes, que caracterizam a raça [...] (Pequeno Jornal, Recife, n. 10, 12 jul. 1898. p. 2).

As caracterizações estigmatizadas e a discussão sobre o tipo ideal de mulher em cada raça tomam conta do artigo inteiro. Discutiu-se desde a mulher inglesa, a mulheres com pescoço de cisne, de peito branco como a neve, com os seios amplos e firmes até sobre os seus dentes. Percebe-se que o que foi estabelecido sobre raça pelo vespertino, considera todas as outras “raças” quando se trata de mulheres e dos seus corpos. Contudo, apesar de considerar as mulheres negras hotentotes, as quais o autor do artigo as destaca pelas suas nádegas, este legítima cada raça ainda que pelos motivos errados, mas diz que o negro “exproba” ao europeu e a sua pele branca, mas ainda prefere uma loira *miss* do que uma companheira negra, sustentando a condição da pessoa negra como desprezível, desdenhado-a. Ainda sobre a menção da cor dos indivíduos nas publicações do jornal, o artigo intitulado “Um milionário preto” trata sobre o caso de um homem negro, referido como um “preto aplicado”, que aos 18 anos de idade foi mandado para Yucatan e lá ocupou o cargo de inspetor de embarque de frutas para Nova Orleans. Após obter sua liberdade aos 16 anos depois da morte do seu senhor, mais tarde passou o “preto agradecido” a dar uma pensão à viúva do falecido ao atingir “respeitável somma de 30 milhões de marcos”. Depois do título do artigo, seguiu-se a notícia que para além do tom de admiração por um negro conseguir ser bem sucedido na época, o que se destacou pelo artigo, pois: “Ha dias demos noticia de um millionario que tem a cara da côr das trevas [...]”<sup>104</sup>, associando a cor do indivíduo a algo tenebroso, ruim. Além disso, a frequente menção à cor do indivíduo sugere um lembrete: o de não deixar esquecer o lugar de um negro, mesmo este ascendendo às altas camadas da sociedade, não se deixaria esquecer o lugar do qual se veio e muito menos a sua cor.

Da mesma forma, não se poderia deixar de mencionar a nomenclatura de caráter racial ofensiva utilizada pela medicina doméstica e recomendada para o consumo através do jornal, como no caso da “catinga de mulata”, uma nomeação de caráter racista para se referir a uma erva brasileira amarga usada em banhos, aliviando e desvanecendo as dores das articulações auxiliando em seu tratamento<sup>105</sup>.

<sup>104</sup> **Jornal Pequeno.** Recife, n.72, 24 de set. 1898. p. 1.

<sup>105</sup> **Jornal Pequeno.** Recife, n. 290, 20 de dez. 1916. p. 1.

As questões ligadas ao gênero e à raça são mencionadas também na página dos anúncios, em meios às propagandas de roupas, farmácias, queijos e margarinas, olarias e outros. Dessa vez, o JP se encarregou de contribuir para uma prática que há muitos anos vinha sendo desempenhada e exigida cada vez mais pela elite: o servir, que esteve atrelado às mulheres negras.

Em algumas edições do JP de 1910, existem ocorrências em necessidade de contratação de amas ou criados para andar com crianças de poucos meses, e, caso houvesse interesse, deveria tratar na redação do jornal. Em um dos anúncios o pedido é que “prefere-se de 15 a 20 anos e morena<sup>106</sup>”, em outro, “precisa-se de uma, de 10 a 15 anos, para cuidar de uma creança de pouca idade, a tratar à rua do Imperador, 37-2º. andar (lado direito)<sup>107</sup>”. Para além de cuidar, com o título de “creada” se publicava que “precisa-se de uma, de arrumação, de 15 a 20 annos, para casa de família, a tratar nessa redação<sup>108</sup>” e, ainda, com o título de “creado”: “precisa-se [...] de um creado de meia idade que tenha attestado de conducta, para tratar de um doente; a falar nesta redacção ou a rua Santa Cruz dos Milagres n. 8, em Olinda. Preço do ordenado-80\$000<sup>109</sup>”.

Evidentemente, esses anúncios que requeriam os serviços tanto de amas como de criados eram com frequência vistos em jornais como o Diário de Pernambuco ou o Jornal do Recife em tempos de escravidão ou como nos anúncios de 1890, apresentado pela historiadora Calado, por exemplo:

*AMA DE LEITE - Precisa-se de uma que tenha bom leite: à rua Marquez do Herval, n. 10. (Jornal do Recife, 5 de junho de 1890 - Edição 00127) (Calado, 2023, p. 29).*

Além da nomenclatura “ama”, o termo “criado”, mesmo em masculino, remetia a grande parte dessa ocupação desempenhada por mulheres em trabalhos informais. Embora existisse uma organização do trabalho dessas mulheres asseguradas por leis de como deveria ser determinada relação com seus empregadores, compreende-se a manutenção de uma estrutura que favoreceu, e ainda favorece, conceder mais poder ao patrão do que aos empregados<sup>110</sup>. Portanto, diante desse contexto de pedidos por amas de leite e criados vistos em outro cenário que não o da escravidão, é muito significativo e crucial questionar: por que essa função e o pedido de amas nas casas ainda foram encontrados em anúncios de 1910, no

<sup>106</sup> **Jornal Pequeno.** Recife, n. 260, 19 nov. 1910. p. 8.

<sup>107</sup> **Jornal Pequeno.** Recife, n. 260, 19 nov. 1910. p. 6.

<sup>108</sup> **Jornal Pequeno.** Recife, n. 272, 3 dez. 1910. p. 2.

<sup>109</sup> **Jornal Pequeno.** Recife, n. 272, 3 dez. 1910. p. 6.

<sup>110</sup> OLIVEIRA, Salatiele Letícia Calado de. **A procura por amas de leite e o processo de regulamentação do trabalho na cidade do Recife no pós-abolição (1889 - 1899).** 2023. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. p. 54.

século XX, mesmo após a abolição?

Certamente, alguns outros caminhos dariam conta de explicar tal fenômeno. Contudo, existe a explicação dada pela historiadora Cida Bento, quando habilmente argumenta que a perpetuação da mentalidade da elite escravista brasileira e o eterno gosto em ser servido marcam a herança das mulheres negras em posição de subserviência. E herdou-se, como com as amas de leite do período colonial, o ideário que perpassa sobre as empregadas domésticas, as diaristas e babás atualmente, mesmo que ainda ratifiquem o pertencimento delas como sendo “quase da família”. Ainda como ressalta a autora, vê-se repetitivamente e de forma habitual as situações contemporâneas dos negros a partir do legado da escravidão, tendo em vista que o “legado de sinhazinha”, pensado por Bento, diz sobre os brancos não quererem providenciar algo para si próprio, sem se valerem do serviço de uma pessoa negra<sup>111</sup>.

Não deixando a perspectiva “de cor” de lado no JP, uma outra questão está ligada à frequência do aparecimento desses indivíduos em suas publicações. Como mencionado anteriormente, o JP se destacava também pelos artigos policiais que publicava como a sessão “Retrato da vítima”, abordada no primeiro capítulo, e para além do que se abordava nesta seção, vários outros artigos menores e mais dispersos poderiam ser encontrados tais tipos de notícias.

Assim, nos casos de assassinato, morte ou quase morte, suicídio, acidentes em trabalho ou na rua, o jornal na maioria dos casos mencionava a cor das pessoas, tanto brancas como negras. É evidente que nesse caso havia diferença nas formas de abordagem e no tipo de notícia do jornal para com ambas as etnias: em caso de pessoas brancas, a abordagem chegava ser mais cuidadosa e até solidária pelo acontecido e o tipo de notícia constava por vezes em convocações como a deste anunciado: “Precisa-se de meninos e meninas até 12 anos, de cor branca, para coristas da Companhia Infantil. Para informações com o Sr. Phebo no Theatro Santa Isabel<sup>112</sup>”.

Acerca de como abordavam um crime cometido por indivíduos brancos, por exemplo, percebe-se neste caso que tem por título “Facada”, o jornal explicando que

Hontem, pelas 8 horas da noute, na rua da Concordia, junto á travessa de S. João, o individuo de nome Isaac José de Vasconcelos, morador á travessa do Raposo, foi inopinadamente agredido por quatro desconhecidos, vibrando-lhe um d’elles uma tremenda facada no peito.

Esses indivíduos eram de cor branca e evadiram-se após a perpretação do crime. O ferido foi recolhido ao hospital Pedro II. (sic) (Jornal Pequeno, Recife, n. 8, 11 jan. 1902, p. 2).

---

<sup>111</sup> BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 31.

<sup>112</sup> **Pequeno Jornal**. Recife, n. 117, 25 mai. 1899, p. 2.

Possuindo isso em vista, assim como anunciava no jornal os óbitos súbitos de pessoas brancas, também o fez com as pessoas negras, como o ocorrido com Francisco Victorino do Arsenal, jornalista, que caiu morto após ser vítima de uma síncope cardíaca, o jornal o descreve como “viúvo, moreno, de estatura regular, 31 anos [...]”<sup>113</sup>. Contudo, diferentemente dos anúncios com pessoas brancas, ao se tratar dos casos com pessoas negras, pode-se notar uma considerável diferença nesta ocasião: ao comparar a agressão a Isaac José de Vasconcelos, o jornal apenas tratou os criminosos como simples indivíduos. Porém, no caso de Manoel e José de tal, verá-se que os agressores terão outra denominação.

No ocorrido, intitulado de “Tentativa de assassinato na Lingueta”, em 1905, o artigo descreve que ao dar entrada no hotel Viajantes, na travessa da Lingueta, o catraieiro (aquele quem conduz um pequeno bote) Manoel de tal, conhecido por quebra-pedras, sem motivo algum, puxou um punhal e cravou nas costas do caixeiro José de tal que fugiu, relata o JP. Depois de informar ao subdelegado do distrito do Recife, o jornal descreve Manoel de tal: “[...] é um desordeiro, conhecido como muito perverso e traiçoeiro, contando já com várias entradas na Casa de Detenção”<sup>114</sup>.

Sem mais investigações e sem apurar sobre o ocorrido na Lingueta, ao considerarmos a profissão de catraieiro sendo composta majoritariamente por pessoas negras<sup>115</sup> - embora não tenha sido considerada nesse momento a cor do agressor pelo JP, percebe-se que o jornal fez o seu juízo de valor quando considerou prontamente Manoel de tal como “perverso e traiçoeiro” e os agressores brancos do caso anterior de “indivíduos”. Dessa forma, a discussão sobre como agiu o jornal em relação a acusação em ambos os casos de violência revela o juízo de valor às pessoas negras ao demonizar Manoel de tal, ao mesmo tempo em que mostrou empatia para com os agressores brancos, demonstrando com isso como os negros foram demonizados e animalizados pelo jornal.

O JP mantinha entre suas programações diárias a seção “Humorismo” dedicada a compartilhar, segundo se pretendia, conteúdos “engraçados” sobre o cotidiano e várias outras situações. Chamou-nos a atenção a publicação de 1903, na qual em tom de piada, em uma conversa, o filho pergunta ao pai

- O’ papae, é verdade que nós fomos feitos de pó?
- E’ verdade, todos nós, meu filho.

<sup>113</sup> **Jornal Pequeno**. Recife, n. 210, 20 set. 1910. p. 2.

<sup>114</sup> **Jornal Pequeno**. Recife, n. 108, 15 mai. 1905. p. 2.

<sup>115</sup> Considerou-se aqui, os catraieiros enquanto pessoas negras e como pertencentes ao mundo dos trabalhadores do porto, indicando que o trabalho na estiva derivou das funções desempenhadas tanto pela mão de obra livre quanto também era exercido por trabalhadores escravizados, como argumenta Maxuel de França Lima, em sua dissertação.

- E os negros também?
- Sim, todos, todos.
- Então o papae do céu teve que moer muito carvão, não é?... (Jornal Pequeno, Recife, n. 250, 5 nov. 1903, p. 1).

Estamos analisando uma seção do início do século XX e, provavelmente, o que poderiam dizer sobre uma “tentativa engraçada” de algo corriqueiro a uma pergunta feita por uma criança é que: a) não houve maldade do redator ao escrever esse “humor”, e b) poderiam alegar de que “naquela época isso era comum<sup>116</sup>” e nada disso era considerado ofensivo. Todavia, assim como justifica Chinen, pouco teve a ver com a seção ter sido publicada de forma intencional ou não; mas, no que diz respeito ao conteúdo ser ofensivo, sabe-se que o foi considerando que o que foi posto teve uma carga ideológica ao ser feito e que não poderia ser ignorada hoje quando analisada.

Logo, “moer muito carvão” para que se pudesse constituir as pessoas negras só reafirma que estereótipos usados para um racismo recreativo passam a ser aceitos por uma coletividade e acabam se tornando estigmas de um determinado grupo ou etnia, como a negra<sup>117</sup>. Existem várias formas de realização do humor, contudo, o que foi publicado pelo JP como engraçado ou a tentativa de, serviu apenas enquanto “[...] um poder de humilhar, de alimentar preconceitos e reforçar animosidades<sup>118</sup>”.

Não é mais de se estranhar a maneira e o que publicava o diário. Entende-se o porquê do que se escrevia e o seu *modus operandi*, principalmente, quando tinha sua vítima preferencial a população negra do Recife. A estratégia tomada pelo JP expõe a má fé, o mau caratismo e o sensacionalismo impregnado nos redatores, no diretor/proprietário, reverberando em cada notícia veiculada ao público durante anos o que permitiu a consolidação da participação do jornal no dia a dia e na constituição do imaginário das pessoas.

Assim, como exemplo, a edição de número 153, de 1905, noticiava a matéria “Loucura ou carraspana?” explicando que

O barbeiro Manoel Gomes de Oliveira que em algum tempo trabalhou na barbearia [...] estava presentemente com a vida muito difícil visto achar-se desempregado. Como tinha matricula de embarcadiço resolveu voltar á sua antiga vida. Munido de seus papeis, Manoel foi até a bordo do *Gonçalves Dias* que julgava empregar-se. Lá chegando porém, foi infeliz porque não encontrou vaga. N’esta ocasião distrahidamente collocou a sua papelada em cima de uma meza, e esquecendo-se deixou-a alli ficar. Veio para terra e ao chegar em casa deu por falta de seus papeis; immediatamente voltou para bordo, mas ao chegar no caes, já o *Gonçalves Dias* ia

<sup>116</sup> CHINEN, Nobuyoshi. **A imagem do negros no humor gráfico brasileiro do século XIX até meados do século XX**. Via Atlântica, [S. l.], v. 11, n. 2, 2010, p. 58.

<sup>117</sup> Ibid., p. 60.

<sup>118</sup> Ibid., p. 62.

fôra barra.

Muito avexado, voltou Manoel para a residencia de sua amasia, de nome Maria Pajehú, sita na rua da Moeda n. 11 1º andar, e lá chegando tentou suicidar-se fazendo antes muitas tropelias.

[...] Manoel tentou mais uma vez suicidar-se, querendo á força jogar-se da varanda em baixo. Desta vez o agarraram e o trancaram em um quarto.

Avisada, a policia do Recife, compareceu, prendendo Manoel e o recolhido ao xadrez daquela subdelegacia, onde até a hora em que escrevemos se acha melhorado e já se lembra do que se passou. (sic) (Jornal Pequeno, Recife, n. 153, 11 jul. 1905, p. 2).

No início, começando pelo título da matéria “Loucura ou Carraspana”, identifica-se o mau caratismo do jornal quando ao ler a notícia se nota que poderia ser melhor informado. A questão da falta de trabalho e a perda dos documentos de Manoel a bordo foram questões pouco relevantes ao jornal ao que se percebe, tendo em vista que a maior preocupação foi resumir uma situação delicada a loucura ou a bebida (carraspana). O desemprego, portanto, além de acarretar diversos problemas financeiros levando os indivíduos até a pobreza, também reflete a má qualidade de vida e a dificuldade de manter as necessidades básicas, sobretudo, a de conseguir garantir a saúde mental. Se a questão da ausência do trabalho foi ignorada na notícia do diário, a tentativa de suicídio pouco chocou, resumindo o ocorrido em apenas uma mera questão associada ao álcool ou à loucura de Manoel que, depois de tudo, ainda foi levado preso.

Da mesma forma, envolvendo trabalho e os trabalhadores no Recife, dessa vez no cais do Apolo, o próprio JP noticiou uma briga entre estivadores afirmando que a violência era intrínseca “a esse povo rude, incapaz de raciocinar, que, por questiúnculas, saía aos bofetões<sup>119</sup>”. Logo, falava o jornal sobre as razões do conflito entre Generino Dias dos Santos e Pedro de tal depois que este sacou a Mauser [arma] e feriu Generino, pois

os doestos [insultos] chulos, as chocarrices [os gracejos], as pilhérias insulsas e de mal [sic] gosto, enfim, todo este inesgotável repertório de parvoíces reinante nas reuniões de estivadores e indivíduos de baixa classe, ocasionam sempre, força a dize-la, resultados funestos e cenas trágicas. (Silva, 2019, p. 6).

Como analisou Silva, as brigas, discussões e mortes faziam parte do dia a dia dos estivadores da doca, como apontavam as notícias dos jornais. Contudo, é evidente que as razões para o início das brigas eram em relação ao próprio trabalho, devido à sua precariedade e, sobretudo, pela hierarquização da atividade e o controle que exerciam os patrões sobre os trabalhadores, limitando a categoria. Mais uma vez, para o jornal, as desavenças tratavam-se mais de “questiúnculas”, futilidades e “desinteligências<sup>120</sup>”, isto é, não se legitimava as

<sup>119</sup> SILVA, José Bento Rosa da. **Por “desinteligência” e “questiúnculas”**: representações do cotidiano e do trabalho nas docas do Recife (1891-1920). Florianópolis: Revista Mundos dos Trabalho, 2019. p. 6.

<sup>120</sup> Ibid., p. 6.

questões trabalhistas que reivindicavam os estivadores por melhores condições de trabalho e sua própria sobrevivência.

Outra análise pertinente de Silva, que destacou as suposições de má fé e de mau caratismo do diário vespertino é de que a população negra não era a mais propensa à criminalidade, como afirmavam as teorias de melhoramento da raça do século XIX. Assim, Silva defende que os registros policiais mostravam, na verdade, que a violência recaía “sobre os egressos da escravidão e seus descendentes, a violência está intrinsecamente relacionada ao preconceito e a discriminação [...] das pessoas pertencentes a esse segmento da sociedade<sup>121</sup>”. Em vista disso, a empreitada do JP em perseguir os trabalhadores mostra em mais um caso trazido por Silva, que o registro de inúmeros casos de brigas no cais mais se tratavam de efeitos do mal funcionamento do trabalho (as chamadas, os recrutamentos e as matrículas) do que a capacidade física ou moral desses estivadores em realizar suas atividades ou de serem propensos a violência, como defendia o jornal. E, por consequência, “por uma simples questão de trabalho à bordo, ficaram desavindos os estivadores Francisco Fingão, residente na Cabanga, 2º. Distrito, e Santa Cruz, residente em Santo Amaro [...]”.

O autor Silva analisa o caso identificando Fingão enquanto moço, de cor preta, casado e com filhos e Santa Cruz, o criminoso, também era moço, forte e pardo. Acerca da briga que tiveram “sempre que trabalhavam juntos trocavam epítetos e grosserias e hoje, muito cedo, tiveram nova resinga por causa da escolha do pessoal que deveria trabalhar a bordo [...]”<sup>122</sup>, depois da briga, “[...] Santa Cruz promete vingar-se [...] após ligeira alteração com seu desafeto, sacou um revólver disparando à queima roupa, indo a bala alojar-se no peito direito de Fingão<sup>123</sup>”. Por um lado, as testemunhas questionaram-se eram mesmo rivais, por outro, alguns afirmaram a amizade de ambos e, se de fato fossem amigos, como pensou Silva, isso provaria que as reais circunstâncias do embate eram em relação ao trabalho, como discutido acima.

Com a diversidade da imprensa, proporcionada pela modernização das técnicas de produção, foram sendo cada vez mais incluídas nos repertórios jornalísticos as imagens fotográficas, as caricaturas, as ilustrações, as charges e, sobretudo, o humor, que buscavam tratar de temas espinhosos e problemáticos do cotidiano. A partir disso, viu-se que tal processo modernizante se mostrou essencial para que os jornais melhorassem tanto nas formas de impressão, quanto pudessem aumentar as quantidades de páginas, as tiragens e a

---

<sup>121</sup> Ibid., pp. 5- 6.

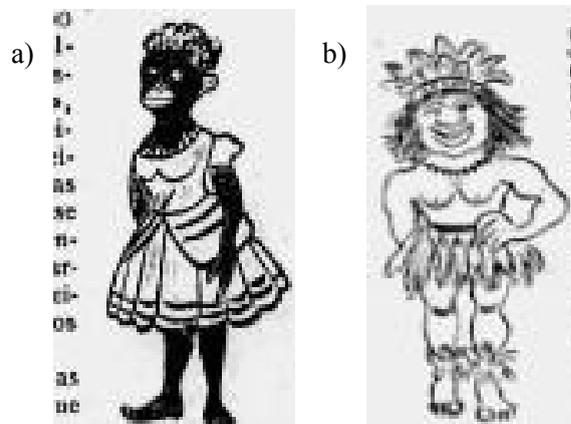
<sup>122</sup> **Jornal Pequeno**. Recife, n. 117, 27 mai. 1909, p. 3.

<sup>123</sup> Ibid., p. 3.

produção de capas mais atrativas para o público leitor<sup>124</sup>. Por consequência, nas circunstâncias do JP, não se poderia deixar de haver menções à população negra: dessa vez, as menções não eram apenas as deslegitimações pelas causas trabalhistas como atribuíram aos estivadores, nem era o mau caratismo, a indiferença ou sensacionalismo dos títulos dos seus artigos; eram caricaturas estereotipadas alusivas aos negros e aos indígenas em suas “representações” nos respectivos clubes de Carnaval do Recife.

Dessa maneira, chamou bastante a atenção às representações associadas aos clubes carnavalescos, de acordo com o que achava o JP, uma vez que se percebeu que nem todas as caricaturas se ligavam as descrições dos clubes com seus respectivos integrantes, como no caso dos clubes “Clube Pequeno<sup>125</sup>”, “Engomadeiras do Recife<sup>126</sup>” e “Costureiras<sup>127</sup>”. A caricatura também foi encontrada na sessão de carnaval do ano de 1917, com os clubes “Operários em Folia<sup>128</sup>” e “Compadres de Campo Alegre<sup>129</sup>”. Às imagens 5.a e 5.b, são referentes a seção “Congresso Carnavalesco<sup>130</sup>”.

**Imagem 5** - Representações racistas do negro e do indígena nas sessões de “Carnaval” do Jornal Pequeno (1911) - “Clubs novos”, “Engomadeiras do Recife”, “Costureiras”, “Operários em Folia” e “Compadres de Campo Alegre” e “Congresso Carnavalesco”, respectivamente.



Fonte: Jornal Pequeno

<sup>124</sup> COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021. p. 104.

<sup>125</sup> **Jornal Pequeno**. Recife, n. 273, 5 dez. 1910. p. 2.

<sup>126</sup> Informa o JP na seção “Clubs Novos”: “Engomadeiras do Recife - Era só que faltava!!! Já tínhamos <Costureiras>, <Quitadeiras>, <Costureiras de saccos>, <costureiras de Guarda sol> mas faltava quem nos passasse o ferro... (livra) de engomar, alisando as amarguras e lustrando os peitinhos das camisas dos leitores. Agora surgiram as <Engomadeiras> [...]”. Ver **Jornal Pequeno**. Recife, n. 22, 27 jan. 1911. p. 2.

<sup>127</sup> **Jornal Pequeno**. Recife, n. 19, 24 fev. 1911. p. 4.

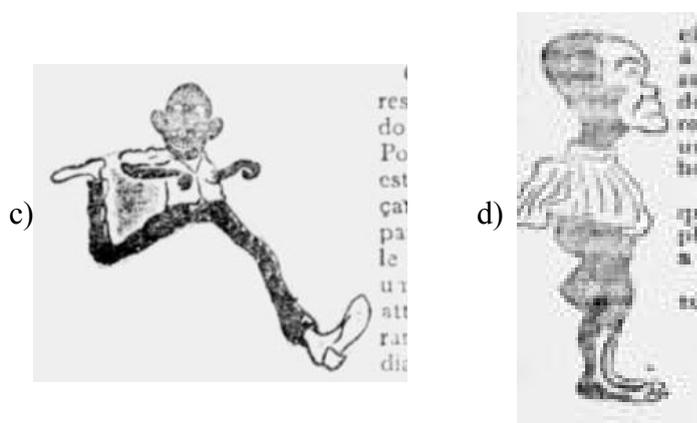
<sup>128</sup> **Jornal Pequeno**. Recife, n. 18, 23 jan.. 1917. p. 4.

<sup>129</sup> **Jornal Pequeno**. Recife, n. 35, 12 fev. 1917. p. 4.

<sup>130</sup> *Ibid.*, p. 2.

Nas imagens seguintes, são representadas as caricaturas respectivas ao clube “O Emboca”<sup>131</sup> e à seção “Ornamentações”, referentes à imagem 6.c<sup>132</sup>. Já os clubes “Ensaio e Manobras”<sup>133</sup>, “Angolão”, “Centro Pequeno”, “Pyrilampos”, “Varredores Públicos”, “Carpinteiros”<sup>134</sup> e “Pás”<sup>135</sup> foram associados à caricatura de outro homem negro, como pode ser visto na imagem 6.d.

**Imagem 6-** Representações racistas do negro na sessão de “Carnaval” do Jornal Pequeno (1911 e 1917) - “O Emboca”, “Ornamentações” e “Ensaio e manobras”, “Angolão”, “Centro Pequeno”, “Pyrilampos”, “Varredores Públicos”, “Carpinteiro” e “Pás”, respectivamente



Fonte: Jornal Pequeno

Por fim, a seção “No Club Náutico” do JP, está associada a caricatura 7.e; no “Bloco Carnavalesco Mixto Pertrapoco em Folia”, a caricatura 7.f; no “Sport Club Flamengo”, a caricatura 7.g<sup>136</sup>; iniciando a página 4, sem ligação a bloco algum, tem-se a caricatura 7.h; na seção “894 duzias de”, a caricatura associada é a 7.i, e, no “Bloco do <Fio>...”, a caricatura 7.j<sup>137</sup>, como podem ser vistas abaixo, todas fazendo referência a homens negros.

**Imagem 7-** Representações racistas do negro na sessão de “Carnaval” do Jornal Pequeno (1931)

<sup>131</sup> **Jornal Pequeno.** Recife, n. 29, 6 fev. 1911. p. 2.

<sup>132</sup> A caricatura nesta referida sessão está ligada ao texto sobre o clube carnavalesco “Fantoches do Recife”, endereçado ao largo da Ponte Velha.

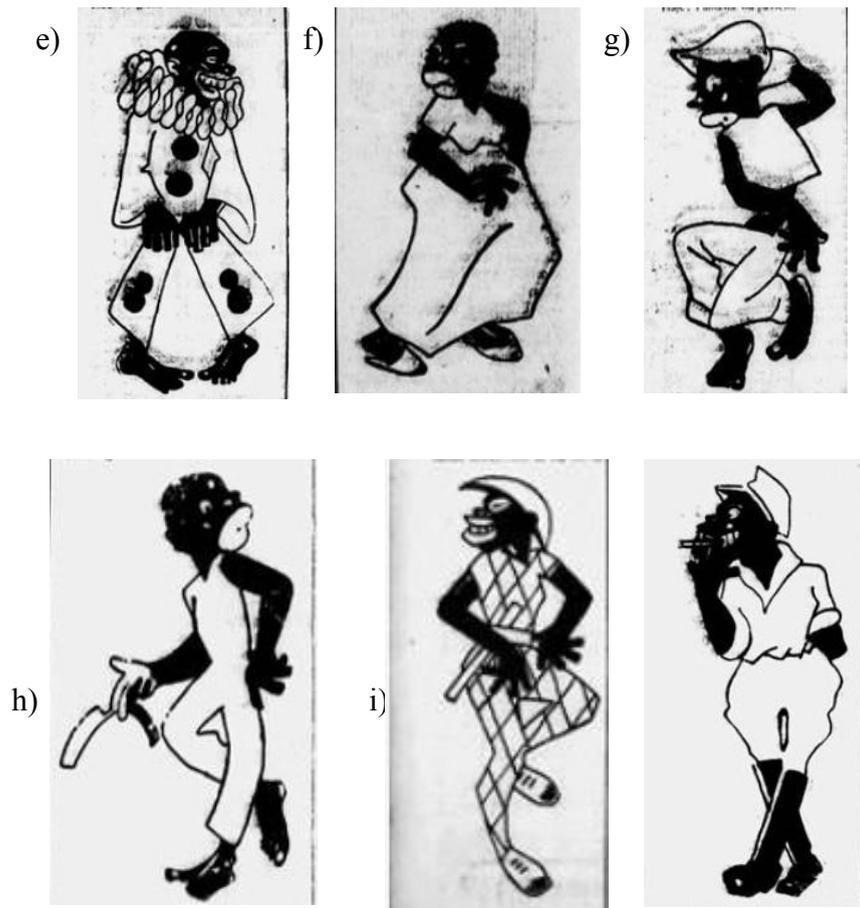
<sup>133</sup> **Jornal Pequeno.** Recife, n. 5, 7 jan. 1911. p. 5.

<sup>134</sup> **Jornal Pequeno.** Recife, n. 35, 12 fev. 1917. p. 4.

<sup>135</sup> **Jornal Pequeno.** Recife, n. 35, 13 fev. 1917. p. 4.

<sup>136</sup> **Jornal Pequeno.** Recife, n. 38, 16 fev. 1931. p. 2.

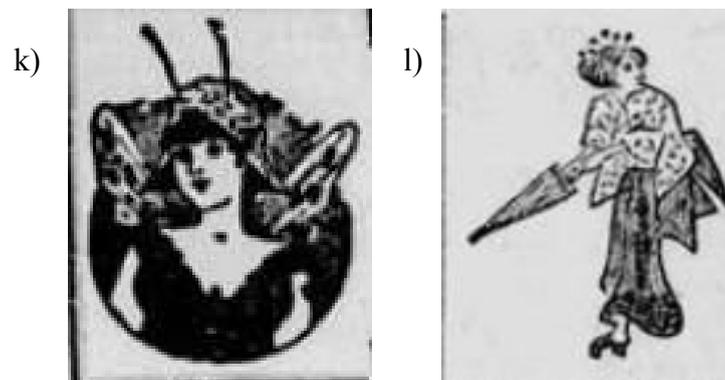
<sup>137</sup> *Ibid.*, p. 4.



Fonte: Jornal Pequeno

Em razão disso, é marcante e característica a forma como foram representadas as pessoas negras e indígenas no JP nas seções de carnaval indicadas acima. Da mesma maneira, achou-se conveniente que se trouxesse caricaturas de pessoas brancas na mesma seção de Carnaval. Assim, notou-se que existe uma grande diferença de como ambos foram retratados:

**Imagem 8-** Representações de pessoas brancas, humanizadas, em sessão de Carnaval do Jornal Pequeno (1911 e 1917)



Fonte: Jornal Pequeno

Devidamente apresentadas as caricaturas estereotipadas encontradas no JP nos anos de 1911, 1917 e 1931<sup>138</sup>, ligadas aos clubes de carnaval, evidenciam a tendência do jornal em tratar pessoas negras da forma mais desvantajosa e negativa possível. Isso fica evidente nas caricaturas acima, quando são pintadas exageradamente com cores pretas, apresentando uma boca maior e branca, desenhados com pernas e pés sobressalentes e deformados, e feições apalermadas, e ainda, quando foram retratadas em posições aparentemente malandras e astuciosas destacando características enquanto pertencentes às pessoas negras, reforçadas em estereótipos racistas.

Em contrapartida, as caricaturas associadas às pessoas brancas foram constituídas de modo mais delicado, com traços mais finos, com belas roupagens, isto é, mais humanamente próxima a uma representação do real, ainda que fantasiadas. Verifica-se que nas representações destacadas de toda anormalidade e exagero à pessoa negra é perceptível a inspiração do jornal aos *blackfaces*, aquelas encenadas em *minstrel shows*, interpretados por atores brancos que pintavam o rosto de preto, cantavam e dançavam com o objetivo de ser jocoso, bem populares nos EUA nos séculos XIX e XX.

Portanto, a questão do visual e da intenção por trás da criação dessas caricaturas é de fato um ponto importante. Isto porque, as formas que foram representadas sugerem, provavelmente, sua comicidade, o que nos leva ao pensamento de Chinen mencionando um trecho do autor Berson que se dedicou sobre o tema: “rimos dos negros porque parecem um branco com uma máscara ou o rosto sujo de fuligem<sup>139</sup>”. E acrescenta à sua análise:

E por que se ri de um negro? [...] Pergunta difícil [...] Não sei, porém, se ela não foi respondida certo dia diante de mim, por um simples cocheiro, que tachava de “mal lavado” o cliente negro sentado em sua carruagem. Mal lavado! Um rosto negro seria, portanto, para nossa imaginação, um rosto lambuzado de tinta ou de fuligem. E, conseqüentemente, um nariz vermelho só pode ser um nariz sobre o qual foi passada uma camada de vermelhão. Portanto, o disfarce passou algo de sua virtude cômica para outros casos em que não há disfarce, mas poderia haver<sup>140</sup>.

Desse modo, para além do cômico que as caricaturas dos negros no JP possam ter sido geradas àqueles cuja a intenção de quem criou era a humilhação e deslegitimação do outro, a partir disso, numa estrutura social racializada as pessoas negras parecem ser somente levadas

<sup>138</sup> Entende-se que outras representações podem ser achadas em outros anos e em outras edições do Jornal Pequeno, referente ao período carnavalesco da cidade do Recife. O propósito aqui não era de esgotar todas as caricaturas presentes no jornal, mas sim, tratar das representações estereotipadas feitas a partir da população negra e branca.

<sup>139</sup> CHINEN, Nobuyoshi. **A imagem do negros no humor gráfico brasileiro do século XIX até meados do século XX**. Via Atlântica, [S. l.], v. 11, n. 2, 2010, p. 62.

<sup>140</sup> BERGSON 2001. [s.p] *apud* CHINEN 2010, p. 62.

à existência a partir do branco no JP, e de uma forma geral, tendo em vista o modo com que foram representadas, com *blackfaces*. Dessa mesma forma, pelo jornal foram divulgadas com admiração e satisfação em suas últimas páginas, chamadas para as exposições do filme “O negro que tinha a alma branca”, de 1922, do escritor cubano Alberto Insúa, no qual também se retratou a personagem principal em *blackface*, obra que será analisada no próximo capítulo.

Diante desse contexto, questiona-se a utilização dessas caricaturas pelos blocos carnavalescos, tendo em vista que nenhuma delas fez representação direta aos clubes aos quais foram associadas. No entanto, o uso dessas representações podem estar ligadas ao fato de que a maioria dos membros que compunham os clubes era composta por pessoas “de cor”. Isso é especialmente destacado pelos nomes dos títulos das nações carnavalescas condizentes com as alusões aos trabalhos manuais desses populares como “Vassourinhas (1889), Pás (1890), Lenhadores (1897), Vasculhadores, Espanadores, Abanadores, Empalhadores [...]”<sup>141</sup>. São termos que evocavam os trabalhos daqueles que “pertenciam a uma classe de utensílios cuja principal função era limpar, espanar, caiar, clarear, lustrar, assear<sup>142</sup>”, buscando partilhar os valores e práticas de seus ofícios, os quais as elites julgavam ser vistos somente entre seus pares.

Encontrou o JP disposição e esforço em mais uma perseguição em nome da higiene e da modernidade, agora tratando-se da campanha de divulgação e derrubada contra os mocambos no Recife. Que a situação dos mocambos exprimia as condições de moradia mais difíceis, não é novidade. No Recife, algumas dessas habitações geralmente situadas nos mangues e em áreas alagadiças, tinham piora significativa durante o inverno ou períodos chuvosos elevando assim as más condições para a saúde da população. Contudo, com os discursos de um Brasil novo e em vias de modernização, reivindicava-se a necessidade de inclusão e modificação da condição inapropriada em que viviam os mocambeiros, ao mesmo tempo que defendia-se a extinção do mocambo por ser considerado um cancro social, “pois ele não combinava com a nova imagem que a camada dirigente queria expressar do país<sup>143</sup>”.

Assim sendo, com as reformas modernistas na cidade do Recife antes mesmo da ditadura do Estado Novo e da atuação da Liga Social contra o Mocambo, de 1937, outros governos já haviam declarado amplas manifestações e decretado medidas para “extinguir a

---

<sup>141</sup> ARAÚJO, Rita de Cássia B. de. **Carnaval do Recife: a alegria guerreira**. Recife: Estudos Avançados, n. 11, 1997. p. 207-208.

<sup>142</sup> Ibid., p. 208.

<sup>143</sup> GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998. pp. 33-39.

mocambaria da cidade, substituindo-a por vilas populares<sup>144</sup>”. Conforme a mobilização contra os mocambos foi sendo empreendida por decretos<sup>145</sup>, o JP aderiu à campanha e publicou artigos defendendo a higienização do Recife através das derrubadas e extinção dos mocambos.

**Imagem 9** - Campanha de higienização do Recife empreendido pelo Jornal Pequeno, de 1913



Fonte: Jornal Pequeno

Para tanto, assim como na publicação anterior, viu-se estampada na página três, da 20ª edição, a imagem de um mocambo intitulado “A higienização do Recife - sulfuração de um mocambo nos Coelhos<sup>146</sup>”. A derrubada da mocambaria em si não era suficiente na visão do JP; era preciso “sulfurar” (que significa “enxofrar”), isto é, combinar ou misturar com enxofre, podendo resultar na formação de compostos corrosivo como o ácido sulfúrico (H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub>), sendo o necessário para tal combate.

Não somente isso, no artigo “Pela habitação da pobreza”, de 1921, tem-se uma declaração mais completa da campanha de derrubada aos mocambos, diz-se

<sup>144</sup> Ibid., p. 60.

<sup>145</sup> Como explica Gominho, o decreto de 1916, “concedia isenções de impostos aos prédios que fossem construídos e desconstruídos em Recife para casas populares”; e o 1934, “[...] Carlos de Lima Cavalcanti proibiu a construção e reconstrução de mocambos na capital, como também fixou uma taxa de 30\$000 para o mocambo não habitado”, não só os decretos inviabilizavam contra os mocambos, isso coube também às iniciativas privadas. Ibid., pp. 60-61.

<sup>146</sup> **Jornal Pequeno**, n. 20, 25 jan. 1913. p. 3.

[...] Em nome da esthetica, da hygiene e da humanidade é preciso acabar com o mucambo, esta expressão, a mais africana, a mais ignobil da habitação, como o chamou o illustre prophylaxista. Não é mais possível consentir a sordidas bauicas que ponteiam os arredores da cidade, emergindo dos lamaçaes, focos permanentes de endemias a arrancarem tristes, lastimas dos que sentem a miseria alheia, ou a envergonhar os que querem uma cidade bella.

A iniciativa pratica da remodelação da casa do pobre é um dos melhores padrões da obra administrativa do exm. sr. coronel Eduardo de Lima Castro [...]. (sic) (Jornal Pequeno, n. 22, 28 jan. 1921. p. 3).

Não há dúvidas de que, ainda que fossem proferidas palavras demonstrando preocupações com os “focos permanentes de endemias” e com a higiene, é evidente que o mais preocupante diante do processo de modernização da cidade foi a destruição do que não condizia com o novo, devido aos padrões de habitações que pretendiam na época. Por isso, urgia acabar com essa moradia “a mais africana, a mais ignobil da habitação”. Dessa forma, renegar e extirpar as raízes africanas e afro-brasileiras do Recife vinha antes de qualquer consideração sobre medidas higiênicas e profiláticas voltadas para essa população, tendo em vista a aversão e o combate ao que viera do africano, do negro e do pobre.

Com o passar dos anos, com a elite empenhada no progresso e na estética urbanas, os artigos que remetiam à urgência da derrubada dos mocambos no Recife através do jornal cresciam. Como nos mostra em 1925, na edição 99 do JP, o artigo sobre “A <<Casa Operaria>> - A inauguração festiva do primeiro grupo de casas”, presidida pelo governador do estado Sérgio Loreto, que chegando ao centro da vila onde foi construído um obelisco e onde fixou-se uma placa de bronze, fez seu discurso. O projeto de oferecimento das habitações para os proletários seria a partir dos “preceitos á garantia da saude da familia destes”, mas que “[...] iria servir de inicio a uma campanha contra os mocambos que enchem a nossa capital, dando-lhe uma apparencia triste de uma cidade indigenas africanos”, disse o jornal. Logo, proferiu-se em seguida o longo discurso de que “sem fazer descer os que estão em cima mas, fazendo subir os que estão em baixo”, “o povo do Recife assim entenda e saiba segurar com firmeza a mão que lhe estendemos<sup>147</sup>”.

Não apenas nesse caso, mas no ano de 1928, o artigo “A extinção dos mocambos será uma utopia? Como elles se levantam ás barbas da cidade...”, ressaltava mais uma vez pelo JP que o governador do estado esteve interessado em uma solução para o problema dos mocambos no Recife. Novamente, ressaltaram o caráter primitivo dos mocambos e a defesa do seu arrasamento, construindo em seu lugar uma casa “verdadeiramente popular, a não ser que se atire ao leito das ruas, abandonada, a população de vinte mil mocambos”. Ressaltaram que, vez por outra, estavam protestando contra o levantamento de mais um mocambo e

<sup>147</sup> **Jornal Pequeno.** Recife, n. 99, 2 mai. 1925. p. 1.

reclamavam “agora mesmo, lá está affrontando o nosso progresso, a nossa cultura, á entrada da rua Lyrica, no Zumbi, á margem da magnifica estrada de Caxangá, aos olhos de gente civilisada, um mocambo que é bem a revivescencia dos costumes de velhas tabas africanas<sup>148</sup>”. Dessa maneira, achando que o que se dissera ainda não foi o suficiente, continuou-se

A sua cobertura, de folhas velhas de latas de gaz; as suas paredes, de taboas de caixões velhos.

E a sua frequencia? Um mulhero inconveniente, desoccupados com violões, ostentando impavidamente os seus vicios e máos costumes, indifferentes ás familias da vizinhança.

Quem passa n’um bonde ou n’um automovel queda se a meditar: Será aquillo alguma documentação do Brasil colonial? Do Recife de 1920, é que não deve, não pôde ser.

Ao sr. dr. Costa Maia cabe providenciar a respeito.

A sua administração, tão zelosa das cousas publicas, tão interessada pela reafirmação do nosso progresso, não pôde cruzar os braços ente o que expomos.

Pelo menos, que transportem aquillo mais lá para dentro, longe dos olhos da gente civilisada... (sic).

De fato, o jornal como pôde-se perceber claramente, manteve o mesmo discurso durante seus empreendimentos contra os mocambos, sempre em consonância com o contexto modernizador que impulsionava o progresso. Não houve esforço algum por parte do jornal em denunciar e discutir o que pensava sobre as habitações insalubres, enfatizando sempre suas origens africanas, em que a maioria da população negra sobrevivia. Como se fez notar, a preocupação primordial era com a estética da cidade, justificando-se assim a grande indiferença em relação ao que se faria com as pessoas retiradas dos mocambos que tanto faz se fossem deslocadas para as ruas, o essencial era que fossem destruídos ou mesmo afastados do convívio da gente civilizada.

De maneira semelhante às perseguições aos mocambos, o embate se estendeu às religiões de matriz africana e indígena promovidas pelo JP. Para entender tal tessitura de repressão a esses cultos na cidade do Recife e, portanto, no início da República, recorreu-se para isso à dissertação de Anderson Justino. Atenta-se, em primeiro lugar, para a contradição do aparato legal em relação à liberdade de culto conforme estipulado pela Constituição da República de 1891 e o Decreto 119-A<sup>149</sup>, ao garantirem o livre exercício religioso.

A partir disso, as denúncias e o combate ao catimbó passaram a ter um caráter legal, estabelecendo pelas leis, o que era falso e verdadeiro, superior e inferior, legal ou ilegal como

<sup>148</sup> **Jornal Pequeno**. n. 172, 30 jul. 1928. p. 1.

<sup>149</sup> Garante a República pelo Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que “Prohíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias”. Vide o site [D119-A \(planalto.gov.br\)](https://planalto.gov.br/di119-A), acessado em: 26 jan. 2024.

afirmou Justino. Respalhada juridicamente, Silva percebeu uma “implacável perseguição ao catimbó<sup>150</sup>” também nos demais periódicos da época como o Diário de Pernambuco, Jornal do Recife, A Província e, sobretudo, o Jornal Pequeno.

Da perseguição e do combate às práticas religiosas que não se ligavam à tradição católica, o discurso seguia a linha de que deveriam ser reprimidas devido às suas práticas primitivas associadas aos africanos, consideradas perigosas e causadoras de males sociais. Além de não serem condizentes com a modernização da cidade, isto é, ao catolicismo hegemônico, eram interpretadas como uma representação da herança maldita da população negra e indígena como uma forma de retaliação à escravidão sofrida por eles, conforme refletiu a concepção do jornalista J. Fernandes, do Diário de Pernambuco, sobre o culto<sup>151</sup>.

Por isso, como atesta Justino, apesar da liberdade de culto assegurada pela Constituição, os praticantes do catimbó “continuavam sendo vistos por alguns representantes do Estado, aparato policial, médicos, segmentos cristãos e jornalistas como feiticeiros e charlatões” sujeitos a possíveis penalidades vistas no Código Penal de 1890<sup>152</sup>. Segundo o autor, a não garantia da liberdade de culto para os praticantes do catimbó, que deveria ser assegurada pelo Estado, não cumpriu-se em decorrência da fragilidade das condições de cidadania ou quase nenhuma cidadania dos afrodescendentes do pós-abolição, ou seja, detinham uma cidadania limitada.

Conforme Silva observou, foram inúmeras as ocorrências nos jornais do Recife acerca do catimbó, principalmente entre os anos de 1900 a 1920, com destaque para o registros do Pequeno Jornal e o Jornal Pequeno durante o período de tempo estabelecido neste trabalho, de 1898 a 1931, nos quais houve um grande número de denúncias e perseguições à religião afro-brasileira e indígena.

A partir dos dispositivos legais do Estado, se passou a legitimar as perseguições, denúncias, batidas policiais e regulações aos chamados feiticeiros e catimbozeiros por suas crenças e magias, inclusive pela imprensa que agia com o objetivo de criar e reforçar estereótipos sobre o catimbó e os seus praticantes (pobres, abastados e até mesmo policiais), reafirmando um lugar de inferioridade e de perigo<sup>153</sup>. Dentre os vários exemplos trazidos e discutidos por Justino, é importante destacarmos outras notícias dessas perseguições,

---

<sup>150</sup> SILVA, José Bento Rosa da. O paraíso do catimbó: Recife nas primeiras décadas do século XX. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 11, n. 29, pp. 175-176.

<sup>151</sup> JUSTINO, Anderson Antonio de Santana. **Práticas do Catimbó: o advento da República e o controle das manifestações culturais africanas e afro-brasileiras no pós-abolição**, Recife (1889-1929). 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021, p. 70.

<sup>152</sup> Ibid., p. 20.

<sup>153</sup> Ibid., p. 69.

principalmente aquelas relacionadas ao JP, como o artigo “Feitiçaria e o Código Penal”, de 1900, que resume a “9.<sup>a</sup> these, intitulada: Feitiçaria”, do Dr. Viveiros de Castro. Segundo ele, “o individuo que se entrega ao officio de feiticheiro não póde invocar a liberdade profissional garantida na Constituição Política da Republica”. Em outro ponto, menciona que

há um abuso de credulidade de pessoas ignorantes, incutindo-se no seu espirito mais fraco e inculto esperanças chimericas, que aliás, pôdem ser nocivas á saúde, e foi por este motivo que o Código Penal destacou esta fôrma do estelionato para classifical’a entre os crimes especialmente commettidos contra a saúde publica [...] (sic) (Jornal Pequeno, Recife, n. 118, 17 out. 1900. p. 1)

Por atuarem da forma que atuaram enquanto herdeiros das tradições africanas e indígenas com seus instrumentos e manifestações de credo e resistindo, ao final das contas às perseguições violentas, agir da forma que agiram foi o bastante para a sua perseguição e repressão, visto que a prática era tida como charlatanismo, feitiçaria e curandeirismo. Assim, ao ser configurada sua ilegalidade, poderiam ser indiciados e penalizados em até mais de um artigo do Código, a depender da infração<sup>154</sup>, conforme a “9.<sup>a</sup> these” do JP defendido em suas cinco colunas.

Seguiu o JP noticiando mais um dos vários casos relacionados ao catimbó, este no ano de 1907, caso que tinha por título “Facto horroroso - um caso de necrophagia, cadaver desenterrado em Ribeirão”. Começa sendo relatado que no próspero povoado de Ribeirão moravam as mulheres Benedita de Jesus, Maria de Jesus e Maria Pereira, conhecidas da região por serem “feiticeiras de *catimbó*”. Logo, descreveu-se o caso narrando que

Viviam alli a explorar a credulidade alheia, por meio de cantorias, danças macabras e outras muitas cousas ridiculas, á semelhança das que os pretos africanos executam em suas aldeias para tirar maleficios, fazer benzeduras, curar molestias e render homenagem a um Deus por elles reconhecido e idealisado.

Estas mulheres, ignorantes como são faziam do catimbó uma especie de culto religioso, e conseguintemente, alli eram tidas como fadas que tudo advinham inspiradas por uma divindade qualquer ou mesmo influenciadas pela encarnação de espíritos de caboclos.

Com essa assiduidade de taes embustes, foram dia a dia apresentando symptomas de loucura.

E assim, em dias do mez passado, foram, alta noute, como era de costume, ao cemiterio d’aquelle lugar, e ao envez de trazerem areia e ossos para os seus bruxedos, desenterraram o corpo de um preto, já em adiantado estado de putrefacção e o levaram para casa.

Era necessario, para conseguirem o que desejavam, comer carne humana, ellas, as desequilibradas,, metteram em uma lata pedaços do cadaver, e o botaram ao fogo.

Depois de cozinhando, banquetearam-se, beberam aquele caldo infecto, comeram a carne, e depois, foram às casas de outras mulheres a quem desejavam fazer mal e distribuiram-lhes pelas portas pedaço do corpo preto.

Ao espalhar-se a noticia, que produzio terror á toda a população, fora mas citadas mulheres presas e interrogadas, confessando cynicamente tudo quanto fizeram. (sic) (Jornal Pequeno. Recife, n. 17, 21 jan. 1907, p. 2).

---

<sup>154</sup> Ibid., p. 19.

Neste manifesto que fizera o JP expondo todo o seu asco ao narrar a situação de forma exagerada, o fez com a finalidade de chocar os leitores com tais descrições, causar espanto e até mesmo horror, agindo com sensacionalismo. Compreende-se isso a partir das palavras utilizadas para enfatizar o aspecto do quão bárbaro e, principalmente demoníaco, foi quando se relatou a ida das mulheres ao cemitério para desenterrar o corpo em putrefação e, como disseram, levá-lo para casa.

No relato, o JP descreveu o “acontecido” tendo encerrado sobre o caso naquela mesma edição e não preocupou-se em esclarecer sobre as respectivas práticas do culto ou mostrou seu devido respeito à fé alheia, mesmo não sendo essa a qual professava. Assim como não houve uma responsabilidade mínima, assim como divulgaram os nomes das praticantes, o jornal mais uma vez atuou ao serviço do progresso buscando convencer, de maneira subentendida, seu público “ao fazer esse alerta, de que as pessoas deveriam tomar cuidado ao se relacionar com essa prática pois ela traria detrimmentos<sup>155</sup>”, ou até mesmo de não se envolverem de maneira alguma com o culto e seus seguidores.

Com a notícia também pode ser constatado que o jornal não usou dos bons modos que tanto pregava e exigia dos cidadãos para a contribuição do progresso ao se referir às mulheres como ignorantes, embustes e desequilibradas. É evidente o uso das ofensas do jornal para com as mulheres: além de estarem “representando o que mais havia de origem africana” o vespertino acreditava que o catimbó ia na contramão do progresso, representando o bárbaro e o rudimentar, mostrando-se totalmente contrário aos cultos afrobrasileiros e indígenas e, portanto, saía em defesa do cristianismo, segmento social que compunha o conjunto das frações que viam no catimbó os representantes do charlatanismo e da feitiçaria.

Nessa conjuntura, considerando todas as situações postas e analisadas do que foi discutido aqui pela larga proporção das perseguições sucedidas à população negra e pobre do Recife pelo Pequeno Jornal e depois pelo Jornal Pequeno, é possível afirmar a dedicação empresarial jornalística deste diário, nas respectivas e outras perseguições que neste momento não foram possíveis de serem analisadas aqui.

Por isso, diante do que fora discutido, o jornal pensava conforme o início do modelo republicano de governo, articulando e divulgando seus ideais através de suas edições diárias vespertinas, reforçando um ideário de negro que, como analisou Azevedo (em seu estudo de Louis Couty relativo aos negros), além de tê-lo enquanto inferior, acreditava-se que este tendia ao não relacionamento social, que não tinha família, que era um desagregado por

---

<sup>155</sup> Ibid., p. 69.

natureza cujos sentimentos ora oscilavam da indiferença, ora à apatia e à mais cruel violência, construindo dessa maneira a figura do criminoso em potencial<sup>156</sup>.

Embora os jornais reforçassem essa narrativa, encarando o negro enquanto um eterno problema, as pesquisas em torno dessa questão contribuem essencialmente para o rompimento com tal pensamento que fora de outrora, mas que ainda reverbera enquanto herança nos nossos dias.

---

<sup>156</sup> AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário da elites, século XIX**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004. p. 9.

### CAPÍTULO III: “O PRETO QUE TINHA A ALMA BRANCA”

Após a apresentação ao leitor do Pequeno Jornal e da sua rápida mudança tornando a ser Jornal Pequeno a partir de 1899, passamos pela discussão acerca dos ideais da modernidade e o processo de modernização da cidade do Recife. Essa passagem nos levou às perseguições empreendidas pelo Jornal Pequeno desempenhando sua auto função de imprensa a serviço da modernidade, levando-o à perseguição de algumas práticas tidas como não condizentes com a civilização e para o projeto do progresso e da ciência.

Dessa maneira, em nome da modernização, da higiene, da moral e dos bons costumes, as perseguições realizadas em seus artigos e edições diárias ao tratar da população negra e pobre do Recife, eram na maioria das vezes, associando-os aos desalmados, ladrões, violentos e outras coisas.

Como visto no capítulo II as perseguições aos “de cor”, neste capítulo o objetivo não será diferente, pois também se trata de um acossamento aos negros, defendendo e disseminando sua convicção através de uma obra cinematográfica anunciada com grande entusiasmo na seção de anúncios das edições do JP.

No ano de 1930, na edição de número 55, o JP noticiou a exibição do filme “O preto que tinha a alma branca”, divulgada na sessão “Theatros e Cinemas” e no “Programa Serrador”, estrelado por Conchita Piquer, Juan Carroasco e Raymond de Sarka<sup>157</sup>. Na época, o JP estava na expectativa para a sua exibição, sendo entusiasmadamente difundido para o público; assim como também foi divulgado pelo Correio Paulistano, no ano de 1939 e no Correio da Manhã (RJ), em 1931.

Do filme anunciado pelo JP na seção “Theatros e Cinemas - No Moderno, O preto que tinha a alma branca” enunciava que o Moderno “pegou, ontem, com a exibição dessa formidável película [...] Aliás era de esperar isto, dado o valor emotivo desse sensacional film” e “[...] trazem a plateia presa de emoções no desempenho desse sensacional drama. Ainda hoje e amanhã esse romance de amor, permanecerá no cartaz do querido casino da praça Joaquim Nabuco<sup>158</sup>”. Ainda no mesmo ano, na seção Moderno Hoje, no topo da última página, divulgou o JP com as letras chamativas e uma representação dos dois protagonistas do filme

A sua pelle!...  
Menos de um millimetro de pele escura bastava para affastar um ser de outro ser,  
uma raça de outra raça, um mundo de outro mundo  
O preto que tinha a alma branca

<sup>157</sup> **Jornal Pequeno**. Recife, n. 55, 8 mar. 1930. p. 2.

<sup>158</sup> *Ibid.*

Romance moderno de *ALBERTO INSU'A* Conchita Piquer e Raymond de Sarke  
 Scennas coloridas - Grande produçção distribuido pelo  
 PROGRAMA SERRADOR. (sic) (Jornal Pequeno. Recife, n. 55, 8 mar. 1930, p. 6).

**Imagem 10** - Divulgação da exibição do filme, “O preto que tinha a alma branca” pelo Jornal Pequeno, de 1930



Fonte: Jornal Pequeno

Da divulgação realizada pelo jornal Correio Paulistano no ano de 1939, na seção “Cinematographía”, após o título havia uma imagem em preto e branco do filme, com o seguinte texto

Do comovente romance de Albert Insua, foi extrahido o argumento desta produçção da “Cifesa”, de Madrid, distribuida no Brasil pela “Hispania Films”: “O preto que tinha a alma branca”, com Marino Barreto, o apreciado cantor cubano no principal papel, onde nos dá um trabalho artístico verdadeiramente notavel e interpretando expressivamente rumbas cubanas, [ilegível] e blues. Antonhita Colomé, graciosa actriz espanhola responde pela principal parte feminina e Angelillo, que completa o trio central do filme e nos dá bellísimas interpretações das “colombianas” e “fandanguillos” andaluzes. “O preto que tinha a alma branca” estará nos cartazes dos cines Astoria [...] e no do Paulistano [...]. (sic) (Correio Paulistano. São Paulo, n. 25.581, 28 jul. 1939).

**Imagem 11** - Divulgação do filme “O preto que tinha a alma branca”, pelo Correio Paulistano, de 1939



Fonte: Correio Paulistano

Na divulgação do jornal Correio da Manhã (RJ), foram encontradas algumas ocorrências anunciando em sua sessão o filme em meio à indicação de vários outros, esta chamada para exibição dizia

CONCHITA PIQUER VAE APPARECER DEPOIS DE AMANHÃ NO  
PARISIENSE

[...] a quem fôr depois de amanhã, segunda-feira, ao Parisiense, quando será apresentado pelo Programa Serrador o film “O preto que tinha a alma branca”, extraído da celebre novella de Alberto Insúa. A mulher linda e artista famosa desse film é Conchita Piquer, que trabalha ao lado do celebre artista preto, o elegante Raymond de Sarke. (sic) (Correio da Manhã, Rio de Janeiro, n. 11193, 13 jun. 1931, p. 8).

Com uma ampla divulgação na década de 1930 e desempenhada não só pelo JP, percebe-se que se tratou de um filme esperado por sua repercussão e exibição. Entendido como um romance considerado pelos jornais da época como moderno, o filme narra a trajetória de um dançarino famoso, refinado e decente que se apaixona por uma mulher branca, que não o corresponde amorosamente justamente por ser negro.

A partir disso, diferentemente do que se divulgou na época, o romance dito moderno, em seu título original “El negro que tenía el alma blanca”, de 1922, era considerado a produção mais conhecida de Alberto Insúa, um escritor e jornalista cubano. Quando posto em análise, o filme se mostrou para além de um impossível romance entre duas pessoas de etnias diferentes do século XX. Tendo isso em vista, o enredo apresenta várias problemáticas, e nesse sentido, é necessário tecer um outro olhar sobre a obra.

A primeira questão destacada aqui é que, das três produções cinematográficas<sup>159</sup>, de 1927, 1934 e 1951, adaptadas a partir do romance de Alberto Insúa, apenas as versões de 1927 e de 1951<sup>160</sup> foram protagonizadas por homens brancos com os rostos e corpos pintados de preto, as famosas *blackfaces*. No entanto, somente a versão de 1934 teve a interpretação de um homem negro, porém, esta não será analisada aqui por entendermos que, embora seja um negro atuando, ele continua não sendo correspondido pela branca, constituindo uma problemática já por esse fato; nas outras duas versões, além de se ter a problemática do negro não ser correspondido, tem-se a questão da reprodução de *blackface* nesses dois *remakes* do filme.

<sup>159</sup> As três produções em questão são as versões dos filmes de 1927, realizada na Espanha com o Raymond de Sark e Conchita Piquer, dirigido por Benito Perojo. A produção de 1934, contou com as atuações de Marino Barreto e Antonia Colomé e a de 1951, com atuação de Hugo del Carril.

<sup>160</sup> Também são as únicas versões que foram facilmente encontradas, diferentemente da versão de 1934 que, até o presente momento, não foi encontrada em nenhuma plataforma.

**Imagem 12** - Capas das três versões do filme “El negro que tenía el alma blanca”, 1927, 1934 e 1951, respectivamente



Fonte: Plataformas de filmes - Filmow e o IMDB

Mais uma vez, a ascensão das *blackfaces* no mundo moderno, para além do que se consideraria uma simples imitação dos negros escravizados dos estados do sul nos Estados Unidos, encontrou um solo bastante fértil para o seu incentivo e reproduções dado o contexto do final do século XIX e início do XX no Brasil. Com a propagação da eugenia pelas elites intelectuais e ao se buscar dividir entre raças superiores e inferiores os brancos e os negros, a preocupação era em apagar o negro de sua própria existência ao passo do contudente investimento no branqueamento da população brasileira. E no cinema, o ideal de embranquecimento e da deslegitimação do negro não se fizera diferente.

Diante desse contexto, o filme<sup>161</sup> retrata a história da vida de Peter Wald (Raymond de Sarka), considerado um virtuoso dançarino de Charleston<sup>162</sup>, que aprendeu a dançar a partir dos ensinamentos de uma mulher branca, a Mademoiselle Mary, enquanto ainda era garçom do El Patio, uma boate em Montmartre, na França.

Em outros tempos, a infância de Wald foi bastante dura, cresceu na casa dos Arencibia, família para qual sua mãe, uma antiga escravizada trazida da Europa, trabalhava. Nessa mesma família, aflorou-se bastante antipatia dos filhos da patroa para com Wald a ponto de proibi-lo a abraçar a filha mais nova dos Arencibia, Piedad, e até mesmo de dividir os seus brinquedos, além de receber empurrões e desprezo de Nestor Arencibia, irmão de Piedad. Com o passar dos anos, Wald tornou-se criado do jovem Nestor que continuava a

<sup>161</sup> Uma produção em preto e branco, com 88m de duração, ao som do piano regendo todo o filme.

<sup>162</sup> Nome de uma cidade da Carolina do Sul, nos EUA, mas que também dá nome a dança frenética dos anos de 1920 nos EUA, um ritmo base de uma dança afro-americana com ênfase nos movimentos das pernas que ganhou notoriedade após o fim da Primeira Guerra Mundial.

tratá-lo mal e dirigir-lhe palavras ofensivas. Por esse motivo, Wald agradece todas as bondades que a família teve com ele, comunicando sua mudança de vida ao partir para Paris.

Antes mesmo do filme focar em como Wald ascende socialmente, acontecia no Teatro de Comédia de Madrid alguns preparativos finais para a recepção de Peter Wald, já estrela coreográfica reconhecida. Emma e seu pai vão até ao teatro e, por fim, o dançarino chega junto a sua companheira. Prestes a entrar em seu camarim, Wald passa perto de alguns admiradores até que cumprimenta Emma. Ela se assusta e com medo, puxa o seu pai para longe comentando: “Como você é estúpido! Um negro não é mais engraçado que um branco, exceto que ele tem a pele negra! É mais forte que eu. Acho que vejo demônios!”.

Naquela noite, chegando em casa após o teatro, o olhar penetrante do “negro Wald” preseguiu Emma até “o reino pacífico dos seus sonhos”. Em seguida, decorre uma cena muito intrigante: Emma Cortadell, interpretada por Conchita Piquer, antes de dormir, se inquieta com um anúncio do “Papel de fumar bambú” na parede; até tentou virar para o outro lado da cama e virar o anúncio pendurado de frente para parede, porém, o cartaz se desvira sozinho. Em seu pesadelo, o lugar do homem branco e simpático do anúncio deu lugar ao homem negro com olhar e sorriso sinistros.

Consequentemente, Emma passou a ter pesadelos decorrentes do medo com Wald e potencializado pelo homem negro de sorriso sinistro do anúncio da parede. Agora, já em sono profundo, Emma se depara com um homem negro levando-a forçadamente a um tipo de ritual estereotipado atribuído aos negros africanos: ela imagina um dos negros saltando da boca de um gorila (que seria a entrada da caverna) levando-a para o ritual macabro repleto de feitiços, com tambores e uivos de lobos. Nesse momento Emma apresenta a mais pura ingenuidade e delicadeza associado às mulheres brancas, enquanto está sendo presa por trás por um negro; logo, Wald aparece em sua frente e a beija à força<sup>163</sup>. Após o pesadelo, Emma acorda aos gritos, agitada, e seu pai a socorre até que ela pegue no sono novamente. É a partir disso que se inicia a história de rejeição de Wald por Emma.

A história de Peter Wald e Emma apresentada no filme almeja um possível romance moderno, mas acerta na repulsa que ela sente por ele por ser negro. Wald ascendeu socialmente através da carreira como dançarino obtendo sucesso e fama, porém, de nada adiantou porque era negro. Emma recusou o convite de parceria de Wald no Charleston e

---

<sup>163</sup> Ambas as versões, 1927 e 1951, apresentam o estereótipo de negros africanos enquanto feiticeiros. Contudo, a versão de 1951 mais explora a questão do ritual dotado de máscaras africanas, tambores, fogo, esqueletos (passando uma ideia de antropofagia) e a participação de algumas pessoas negras, tecendo uma maior dramatização e estereotipação desta cena. É também nessa versão que Emma se vê com o pior dos seus pesadelos: ser negra.

somente por muita insistência do pai, a mesma engole sua repulsa por Wald e torna-se sua companheira de dança. Por isso, pode-se entender também Peter Wald como um meio para ascensão social do qual Emma e seu pai se utilizaram.

Isso pôde ser constatado tendo em vista que Emma acabou nutrindo sentimentos por Wald à medida que passavam mais tempos juntos devido às viagens para as apresentações de dança e ensaios. Tudo acabou resultando em Emma sempre insistindo na amizade com o dançarino, a ponto de Wald conversar com o seu pai, Don Mucio Cortadell, dizendo-lhes que sofre de um mal: “sim, meu amigo. Estou doente. Minha doença é a cor da minha pele. Sinto que se minha pele fosse branca, poderia conquistar o coração de Emma.” Portanto, a cor da pele de Wald, segundo afirma o dançarino, tornou-se a terrível luta de sua alma.

Diante disso, o filme sugere que “mesmo com a elegância de um aristocrata e uma bella intelligencia [...] com suas atitudes nobres<sup>164</sup>”, dotado de atitudes muitas vezes associadas apenas às pessoas brancas como civilizadas e educadas, tais comportamentos e bons modos vistos em um negro seriam motivo de estranheza e jamais poderiam ser associados a uma pessoa “de cor”.

Assim, a expressão “preto de alma branca” insinua que pessoas negras assimilaram a identidade racial branca ou adotaram os costumes dos brancos culturalmente, agindo com o que seriam atitudes “específicas” de pessoas brancas a como ascensão social, riqueza, bons modos, educação e até gentileza. Portanto, um preto de alma branca teria todas as virtudes e qualidades de uma pessoa branca, porém, nada disso valeria a pena se não fosse branco, pois tudo o que é e vem do preto não é legitimado.

E assim aconteceu com Wald, pois apesar de suas admiráveis atitudes não foi o suficiente para merecer o amor de uma mulher branca. Isso se expressa no pensamento de Emma ao imaginar que um possível casamento com Wald, fruto do seu enorme sacrifício já que sentia repulsa dele, faria seu pai e o próprio Wald felizes, mas, agradeceu ao dançarino e afirmou que apesar de amá-lo muito, amava-o como um irmão e não poderia nunca ser sua esposa.

Portanto, na última cena, que mostra o diálogo final entre Emma e Peter Wald, quando ele está à beira da morte por tuberculose, fato que não se deu tanta importância no filme, acaba morrendo. Morreu não pela doença, mas por ter sido rejeitado. Assim, Emma lhe diz

---

<sup>164</sup> **Jornal Pequeno.** Recife, n. 54, 7 mar. 1930. p. 2.

É um crime civilizar os negros. Dar-lhes uma mentalidade branca enquanto não há como clarear a pele. Não te atormentes mais Peter...querido Peter, eu te prometo que quando se curar serei tua. Serei tua esposa...Te amo porque tua alma é branca como a neve. (El negro que tenía el alma blanca, 1927, 88min)<sup>165</sup>.

Na verdade, o que Emma pensava era: de que adianta ser tão bom, virtuoso e bondoso, se se é preto? De nada adianta. A relação de Peter Wald enfrentando problemas por ser negro, percebendo isso tanto em si mesmo quanto na forma como os outros o viam, o minava. Por isso, o caso de Wald, que considera estar doente devido à cor da sua pele, assemelha-se muito à análise de Fanon sobre um personagem específico retirado de um romance de René Maran, *Un homme pareil aux autres* (“Um homem como os outros”).

Na análise feita por Fanon vemos Jean Veneuse, um jovem negro e antilhano que morava em Bordeaux há muito tempo e, portanto, era considerado um europeu. Segundo o autor, Veneuse enfrentava um drama em não compreender sua raça e os brancos não o compreendiam. Com uma personalidade um tanto tímida e inquieta, Fanon descreve como eram feitas as interpretações sobre o jovem antilhano considerado “um bom menino, este Veneuse, frequentemente melancólico e taciturno, mas muito prestativo. Pode confiar nele. Você verá, é um preto como gostaríamos que muitos brancos fossem<sup>166</sup>”, resumindo, referindo-se à expressão “preto de alma branca”, pois não se via no negro atitudes como as do branco.

Além disso, Veneuse afugentava mulheres quando flertavam com ele alertando que estariam se envolvendo com um urso, que admirava a coragem delas, mas que tomassem cuidado, pois estaria se comprometendo com um preto: “um preto, ora essa, não vale grande coisa! É degradante ter relações com qualquer indivíduo dessa raça<sup>167</sup>”. Desse modo, o próprio Veneuse não conseguia admitir que também era um homem como os outros homens, todavia, assim como enfatiza o autor, Jean Veneuse era quem mais precisava ser convencido disso.

Ademais, não sendo o bastante a complexificação enquanto um homem negro antilhano morando em uma cidade francesa que não o reconhece, Fanon destaca que, apesar de Andréa Marielle, a amada branca de Veneuse, lhe escrever declarando o seu amor, ele ainda precisava de autorização, de uma validação. Foi preciso que o irmão de Marielle o respondesse em carta para que isso fosse possível. Ele escreve

<sup>165</sup> Ainda, na versão de 1951, Emma (interpretada por Maria Rosa Salgado) chora a partida de Peter Wald (interpretado por Hugo del Carril) pedindo para que não a deixe, seguido da cena final que entra para “consolar” o público: “...e o espírito de Peter se elevou para o reino onde todas as almas são iguais...”.

<sup>166</sup> FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 71.

<sup>167</sup> Ibid., p. 71.

[...] meta isso na sua cachola. Você não sabe nada dos antilhanos, seus compatriotas. Eu ficaria surpreso se você pudesse se entender bem com eles. Aliás, os que eu conheço não parecem nada com você. De fato você é como nós. Você é nós”. Suas reflexões são as nossas. Você age como agimos, como agiríamos. Você se julga - e todos crêem em você - preto? Está errado! De preto você só tem a aparência. No mais, você pensa como um europeu. (Fanon, 2008, p. 73)

Com isso, foi-lhes consentido a mão da irmã ao negro Veneuse amparado pelo: “você nem é tão preto assim” ou “você não tem nada a ver com os verdadeiros pretos. Você não é negro, é ‘excessivamente moreno<sup>168</sup>’”. No entendimento do irmão de Marielle, morando na França e substituindo seus costumes antilhanos (“os verdadeiros pretos”), por costumes franceses, estes lhe garantirão o passe de verdadeira gente educada, pois seria o suficiente para casar-se com uma branca francesa e assim viver feliz, agora que foi autorizado. Além da autorização, seria “retirada” a marca “selvagem” que só os pretos que não entraram em contato com uma cultura civilizada teriam, e Veneuse, uma vez que estava na Bordeaux desde pequeno, não tinha mais isso, e assim, estava “evoluído”.

Veneuse e Wald, ambos acometidos pelo complexo de branquitude. Esperando serem validados pela brancura, querendo ser aceitos pelo mundo branco que só pode ser proporcionado pelo próprio branco<sup>169</sup>. No caso de Veneuse, Fanon afirma que ele não é um preto, é mais que isso, ele não quer ser negro. Em contrapartida, o que foi pensado e reproduzido enquanto ideologia no filme, é que para além de Wald não querer ser preto, o enredo reitera que, o que se configura como um grande problema para o protagonista é por ele ser negro. Portanto, tudo o que o dançarino mais precisaria para um felizes para sempre “só precisaria não ser preto<sup>170</sup>”.

Contudo, ainda reforçando uma ideologia anti-negro, ao subentender que a morte de Wald mais se deu pelo desgosto da incorrespondência amorosa do que pela doença e ainda com as duras palavras de Emma de que “é um crime civilizar os negros. Dar-lhes uma mentalidade branca enquanto não há como clarear a pele”, percebe-se em Peter Wald o sentimento de inexistência, de desprezo e, sobretudo, esquecimento, ao ponto de ser reservado para ele como único final favorável a morte.

Dentro dessa perspectiva, ao perceber a trajetória de perseguição às pessoas de cor desempenhada pelo JP ao longo de anos de atividade, fica evidente a atuação do jornal para além do serviço ao progresso. Agora, expressou o seu serviço na divulgação das ideias de embranquecimento e eugenia, devido ao contexto da época.

---

<sup>168</sup> Ibid., p. 73.

<sup>169</sup> Ibid., p. 69.

<sup>170</sup> Ibid., p. 108.

No momento em que, a partir da cultura, ou seja, no cinema, se investiu no discurso de que o negro era um problema a ser enfrentado, assumiu-se a sua inexistência, subalternidade e deslegitimação. Ao mesmo tempo, fomentava-se o branqueamento dessa população como o escritor Sílvio Romero desenvolvia em seus escritos, ao pensar nesse processo de embranquecimento um cálculo, defendendo que seriam necessários três ou quatro séculos para a realização desse projeto e que os mestiços nunca desapareceriam<sup>171</sup>. Assim, via-se com alívio esse visível branqueamento da população, em que os genes brancos “deviam ser” os mais fortes<sup>172</sup>.

---

<sup>171</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 117.

<sup>172</sup> *Ibid.*, p. 89.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que lançamos luz sobre o que buscamos analisar acerca do Jornal Pequeno ao longo dos discursos, das suas edições e publicações no período de 1898 até 1930, na cidade do Recife, ao chegarmos ao término deste trabalho, confirmou-se a importância de se discutir o projeto modernizante advindo com a República e as reverberações que isso causou à população negra marginalizada.

As análises aqui apresentadas fornecem uma visão um pouco mais aprofundada sobre como houve uma ampla campanha de modernização do Recife desenvolvida a partir da busca pelo novo, com o intuito de apagar o passado, o atraso e, sobretudo, a mancha do passado escravista que parecia impregnar o Recife. É pertinente pensar a partir disso, atentando-nos para os discursos dos projetos excludentes disfarçados de inovação, de higiene e estética, sendo possível perceber o verdadeiro projeto desempenhado pela elite branca que para seu deleite, via maneiras de empurrar para as margens da sociedade a população negra e pobre, considerando para isso a criminalização da pobreza.

A República trouxe novos mecanismos de controle para a pessoa negra, seus espaços, suas vivências e suas culturas, ou seja, o controle sobre sua existência, mas que, ao se afirmar isso não retira de maneira alguma o processo árduo de resistência que foi empreendido pelos negros. A elite, os intelectuais médicos e das letras abraçaram com afinco as teorias com caráter “científico” importadas da Europa e dos Estados Unidos. A partir das escolas de teorização racistas, criaram políticas liberais nas quais os mais fortes se destacavam, constituíram campanhas nos jornais que só reforçaram estereótipos racistas garantindo a constituição de um imaginário ainda mais negativo sobre os negros.

Entre os protagonistas da campanha anti-negro durante a Primeira República, tinha-se o Jornal Pequeno que, a partir deste trabalho, deixou evidente o seu *modus operandi* enquanto um auto intitulado “agente do progresso” diante dos horizontes modernizadores, acerca das questões do nacionalismo, dos discursos de eugenia disfarçados de medicina social dos séculos XIX e XX, e, sobretudo, do embranquecimento da população negra que não deixaram de fazer parte das idealizações do vespertino.

Por isso, enquanto a recém instaurada República e sua elite dirigente construíam um projeto de não lugar para a população negra, o Jornal Pequeno criava ao longo dos anos um lugar para as essas pessoas: era o lugar de suas vítimas preferenciais, em que as negavam a humanidade, viam-nas como selvagens, desordeiras, com a “cor das trevas”, violentas e as mais variadas ofensas. Assim, associaram perjorativamente os negros à cor da violência e

agindo com indiferença ao noticiarem seus problemas relacionados às questões trabalhistas, relegaram os problemas com bebida ou loucura a questões sobre trabalho e a um possível caso de suicídio; bem como desempenharam campanhas para erradicação de suas habitações, ainda que precárias. Com isso, por advirem do negro e não condizerem com a modernidade, empenhava-se o vespertino na remoção dos mocambos e o apagamento da sua cultura, sendo exposta da forma mais sensacionalista, animalizada e bárbara possível em suas páginas.

Ainda com inúmeros artigos passíveis de serem utilizados retirados do Jornal Pequeno, não poderia ser contemplada toda a ação do periódico aqui que, evidentemente, haveria muito mais notícias a serem investigadas, lidas e analisadas, que poderiam dar conta de toda a anulação, marginalização e indiferença dirigidas aos negros e pardos, no projeto maior que foi e continua sendo o da exclusão racial no Recife e no Brasil.

Contudo, entende-se, por fim, que diante de um jornal de ampla circulação é essencial ressignificar os olhares acerca deste periódico que possuiu grande prestígio nos fins do século XIX e início do século XX. Por isso, longe do anacronismo histórico, ao analisarmos o jornal com os olhos e com as questões imperativas de hoje, o Jornal Pequeno sem dúvidas se configura enquanto um periódico imbuído de cenário político, social, econômico e cultural. Enquanto existiu e conforme os ideais essencialmente racistas, o jornal atuou como um órgão estimado da época, defensor dos projetos de exclusão modernizante, sendo ele constituído por uma elite de homens das letras detentores de poderes: o da informação e da formação de opiniões de muitos.

A modernidade, portanto, faz fomentar o debate acerca da linha tênue que entrecruza as perspectivas sobre o novo em detrimento do passado e do tradicional. Faz parecer que diante do inédito, do futuro e do inovador, obrigatoriamente o passado deveria ser deixado de lado. Entretanto, ser moderno é coexistir com ambos os lados, é lidar com a pressa do cotidiano, com o bombardeio das informações, mas ao mesmo tempo, é deixar o velho fazer parte, é ser antimoderno, como pontuou Rezende citando Marshall Berman em “Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade”, sem que, ao mesmo tempo, não se fira a existência de qualquer grupo étnico ou muito menos reforce os estereótipos sobre os mesmos.

É diante desse paradoxo que surge a dificuldade de definir em que momento termina o velho e se começa o novo nos caminhos da História. Como saber o limite de cada um? E, como pode um periódico dizer-se moderno e manter os mesmos discursos do passado? Como poderíamos categorizá-lo enquanto moderno? Talvez o seria se estivesse disposto a reconsiderar suas opiniões publicadas ou estivesse aberto às novas perspectivas e, provavelmente, estivesse flexível a adaptar-se conforme acontecessem as inflexões sociais,

culturais, políticas e econômicas regidas sempre por um pensamento crítico, questionando e avaliando o quê e a forma do que seria publicado, e quem seria ou não atingido com as informações.

O Recife ocupou-se e ainda é ocupado com discussões acerca desse fenômeno paradoxal das contradições da modernidade. Enquanto se via alvo de modelos e discursos modernizantes ao mesmo tempo em que existia da forma mais conservadora possível, sendo palco de projetos das elites embranquecidas às semelhanças europeias, a cidade continuou sendo palco das incontáveis mortes, marginalização, racismos e desumanização às pessoas negras. A modernidade, definitivamente, é contraditória: nova e velha ao mesmo tempo, permite a existência legítima de uns e desumaniza a outros.

Esse cenário contraditório da modernidade no Recife assim como nos outros lugares, faz suscitar uma pergunta que há muito já fora feita e percorre as pesquisas e produções acadêmicas que se debruçam sobre o estudo das condições da pessoa negra no pós-abolição: o que fazer com o negro depois de abolida a escravidão e após conseguida a “liberdade”? Sabemos que ficaram desamparados na nova organização de classes, e o que se desejou elucidar neste trabalho, de forma a contribuir com essa discussão sobre o negro no pós-abolição, é que além de serem encarados como “quase cidadãos” e criarem formas de subsistência, dentre tantas outras formas que constituíram a resistência negra ao projeto de exclusão racial e social, os periódicos se enrijeceram com a deslegitimação dos negros fomentando um solo fértil para a constituição de um negro estereotipado e essencialmente animalizado.

Diante disso, é importante que esta pesquisa não se encerre aqui por mais que haja confrontos e dilemas a serem revisitados com temas do passado, mas que também são atuais. Ainda é possível ver nos noticiários televisivos, radialísticos, assim como nos jornalísticos e também os disponíveis nas redes sociais, a persistência em se estabelecer de um modo extremamente racializado, tendencioso e sensacionalista a divulgação de informações que assumem pessoas negras (pretas e pardas) como criminosas, colocando-as imediatamente sob seu juízo de valor estigmatizado ao passo que tratam com mais cautela os casos de violência praticados por pessoas brancas, tratando-as apenas como indivíduos ou suspeitos.

Além disso, foi preciso estar atenta a como os discursos se constituíam no Jornal Pequeno, as falas, as notícias e as histórias que passam por vezes despercebidas em suas entrelinhas. Pelo que já se sabe do seu histórico, achávamos que o racismo e toda a deslegitimação dos negros estariam lá de cara, explícitos nas páginas. Porém, o periódico determinou a maneira de ser analisado: investigando todas as folhas das edições selecionadas,

lendo coluna por coluna e analisando os mais variados discursos ali presentes, sempre aliando-os com as tessituras da época.

E assim se deu este trabalho, realizado pensando no que se pode render em pesquisas futuras: uma monografia sobre o Jornal Pequeno renderá em como articular e analisar os principais jornais do Recife que abraçaram os discursos eugenistas na cidade.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rita de Cássia B. de. **Carnaval do Recife: a alegria guerreira**. Recife: Estudos Avançados, n. 11, 1997. p. 203-216. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/SD76PvpDqyxPtgC7NZQB7qd/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 27 ago. 2023.

ARRAES, Marcos Alexandre. **Embates discursivos: a modernidade no Recife na primeira metade do século XX**. Albuquerque: Revista de História, Campo Grande, MS, v. 3. n. 5. p. 115-134, jan./jun. 2011.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário da elites, século XIX**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRAUDEL, F. **História e Ciências Sociais: a longa duração**. Revista de História, [S. l.], v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 1 set. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Interdições. In: **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. pp. 121-131.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. O Rio de Janeiro e a República. In: **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021. pp. 103-131.

CHALHOUB, Sidney. Cortiços. In: **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. pp.17-65.

CHINEN, Nobuyoshi. **A imagem do negro no humor gráfico brasileiro do século XIX até meados do século XX**. Via Atlântica, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 57-75, 2010. DOI:

10.11606/va.v0i18.50740. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50740>. Acesso em: 20 jan. 2024.

DUARTE, Jônatas Lins. **Modernização do porto e do bairro do Recife: impactos causados pelas obras na população da freguesia (1909-1914)**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34141>. Acesso em: 5 dez. 2023.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: **História da Imprensa no Brasil**. MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania Regina de. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021. p. 23-45.

ENGEL, Magali Gouveia. Educação, sanitarismo e eugenia: o negro e a construção da identidade nacional nos debates científicos da Primeira República (1889-1930). *In: História do pós-abolição no mundo Atlântico: identidades e projetos políticos*. Niterói: EDUFF, v. 1, 2013. p. 47-61.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis**: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

HARTMAN, Saidiya. Prólogo: o caminho dos estrangeiros. *In: HARTMAN, Saidiya. Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p. 9-27.

JUSTINO, Anderson Antonio de Santana. **Práticas do Catimbó**: o advento da República e o controle das manifestações culturais africanas e afro-brasileiras no pós-abolição, Recife (1889-1929). 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://www.pgh.ufrpe.br/sites/default/files/testes-dissertacoes/PR%C3%81TICAS%20DO%20CATIMB%C3%93%20-%20O%20advento%20da%20Rep%C3%BAblica%20e%20o%20controle%20das%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais%20africanas%20e%20afro-brasileiras%20no%20p%C3%B3s-aboli%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 3 out. 2022.

LIMA, Maxuel de França. 2.5 Escravos na Estiva: vendas e fugas dos que “anda trabalhando na estiva”. **Experiência, trabalho e política**: os estivadores do porto do Recife (1891-1907). 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/43931>. Acesso em: 18 jan. 2024.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (Org.). O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

MAIA, Clarissa Nunes. Capítulo I: O disciplinamento das classes populares na cidade do Recife. **Policiados**: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife (1865-1915). 2001. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp000200.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania Regina de. Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil. *In: História da Imprensa no Brasil*. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021. pp. 7-23.

NASCIMENTO, Luiz do. Pequeno Jornal. *In: História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Imprensa Universitária. Vol. II (Diários do Recife 1829-1900), 1966.

NASCIMENTO, Luiz do. Jornal Pequeno. *In: História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Imprensa Universitária. Vol. II (Diários do Recife 1829-1900), 1966.

OLIVEIRA, Salatiele Leticia Calado de. **A procura por amas de leite e o processo de**



## SITES

GIBSON, Gustavo. **Biografia de Thomé Gibson**. [s.n]: [s.l], 2020. Disponível em: [Família Gibson - Thomé Gibson \(familiagibson.com.br\)](http://familiagibson.com.br). Acesso em: 5 mar. 2023.

BARBOSA, Virgínia. **Carneiro Vilella**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009. Disponível em: [Carneiro Vilella \(fundaj.gov.br\)](http://fundaj.gov.br). Acesso: 17 dez. 2023.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Urbano Duarte**. Rio de Janeiro, [s.d]. Disponível em: [Urbano Duarte | Academia Brasileira de Letras](http://Academia Brasileira de Letras). Acesso em: 17 dez. 2023.

NÚCLEO DE PESQUISA EM INFORMÁTICA, LITERATURA E LINGUÍSTICA. **Emília Bandeira de Melo**. Santa Catarina: UFSC, 2023. Disponível em: [Biblioteca Digital de Literatura de Países Lusófonos \(ufsc.br\)](http://Biblioteca Digital de Literatura de Países Lusófonos (ufsc.br)). Acesso em: 19 dez. 2023.

NASCIMENTO, Patrícia Freire do. **Júlia Lopes de Almeida**: conheça a história da primeira mulher da ABL. Recôncavo da Bahia: Biblioteca Setorial do CECULT/UFRB, [s.d.]. Disponível em: [JÚLIA LOPES DE ALMEIDA: Conheça a história da primeira mulher da ABL \(ufrb.edu.br\)](http://JÚLIA LOPES DE ALMEIDA: Conheça a história da primeira mulher da ABL (ufrb.edu.br)). Acesso em: 10 dez. 2023.

## FILMES

EL NEGRO que tenía el alma blanca. Direção de Benito Perojo. Roteiro: Alberto Insúa. Espanha, 1927, 88 min. Publicado por Películas Mudas/Silent cinema. Disponível em: [El negro que tenía el alma blanca/Le danseur de jazz \(1927 España\) B. Perojo \(youtube.com\)](http://El negro que tenía el alma blanca/Le danseur de jazz (1927 España) B. Perojo (youtube.com)). Acesso em: 22 ago. 2023.

EL NEGRO que tenía el alma blanca. Direção: Hugo del Carril. Roteirista: Eduardo Borrás, Carlos Fernández Cueva, Alberto Insúa. [s.l], 1951. 82min. Disponível em: <https://ok.ru/video/1520992193114>. Acesso em: 23 ago. 2023.

## PERIÓDICOS

**Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, n. 11193, 13 jun. 1931, p. 8

**Correio Paulistano**. São Paulo, n. 25.581, 28 jul. 1939

**Jornal Pequeno**. Recife, n. 1, 2 jan. 1901. p. 1

**Jornal Pequeno**. Recife, n. 1, 3 jan. 1910. p. 11

**Jornal Pequeno**. Recife, n. 5, 7 jan. 1911. p. 5.

**Jornal Pequeno**. Recife, n. 8, 11 jan. 1902, p. 2

**Jornal Pequeno**. Recife, n. 17, 21 jan. 1907, p. 2

**Jornal Pequeno**. Recife, n. 18, 23 jan. 1917. p. 4

**Jornal Pequeno**. Recife, n. 20, 25 jan. 1913. p. 3.

**Jornal Pequeno**. Recife, n. 22, 27 jan. 1911. p. 2

**Jornal Pequeno**. Recife, n. 22, 28 jan. 1921. p. 3

**Jornal Pequeno**. Recife, n. 29, 6 fev. 1911. p. 2

- Jornal Pequeno.** Recife, n. 35, 12 fev. 1917. p. 4
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 35, 13 fev. 1917. p. 4
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 38, 16 fev. 1931. p. 2
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 42, 22 fev. 1921. p. 2
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 19, 24 fev. 1911. p. 4
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 54, 7 mar. 1930. p. 2
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 55, 8 mar. 1930. p. 2
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 55, 8 mar. 1930, p. 6
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 74, 2 abr. 1900. p. 1.
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 99, 2 mai. 1925. p. 1.
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 108, 15 mai. 1905. p. 2.
- Pequeno Jornal.** Recife, n. 117, 25 mai. 1899, p. 2
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 117, 27 mai. 1909, p. 3.
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 124, 4 jun. 1909. p. 1.
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 105, 4 jun. 1925. p. 2
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 153, 11 jul. 1905. p. 2
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 153, 11 jul. 1905, p. 2
- Pequeno Jornal.** Recife, n. 10, 12 jul. 1898. p. 2
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 154, 12 jul. 1905. p. 2
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 172, 30 jul. 1928. p. 1.
- Pequeno Jornal.** Recife, ed. 14, 8 ago. 1899. p. 1.
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 211, 16 set. 1932. p. 3
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 210, 20 set. 1910. p. 2.
- Jornal Pequeno.** Recife, n.72, 24 de set. 1898. p. 1
- Pequeno Jornal,** Recife, n. 80, 4 out. 1898. p. 2
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 118, 17 out. 1900. p. 1
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 250, 5 nov. 1903, p. 1
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 260, 19 nov. 1910. p. 6.
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 260, 19 nov. 1910. p. 8.
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 272, 3 dez. 1910. p. 2.
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 272, 3 dez. 1910. p. 6
- Jornal Pequeno.** Recife, n. 273, 5 dez. 1910. p. 2